

Documento de Área

Comissão de Área Multidisciplinar

Avaliação Trienal 2007

Sumário

1 - Introdução

2 - Comissão de Área

3 - Evolução do Comitê de Área Multidisciplinar

4 - Dinâmica da Avaliação Trienal 2004-2007

5 - Critérios para Avaliação dos Programas

5.1 - Introdução

5.2 - Qualis

5.3 - Ficha de Avaliação

5.4 - Requisitos para Orientação na Definição de Conceitos a partir do Desempenho

5.4.1 - Mestrado Acadêmico e Doutorado

5.4.2 - Mestrado Profissional

6 - Resultados e Análise

6.1 - Global

6.2 - Resultados por Câmara Temática (CT)

6.2.1 - CT I: Meio Ambiente & Agrárias

6.2.2 - CT II: Sociais & Humanidades

6.2.3 - CT III: Engenharia, Tecnologia & Gestão

6.2.4 - CT IV: Saúde & Biológicas

7 - Considerações Finais

1. Introdução

O Comitê de Área Multidisciplinar da CAPES foi criado em 1999 devido à existência, já àquela época, de Cursos de Pós-Graduação que não poderiam ser avaliados adequadamente nos comitês disciplinares. Estes cursos buscavam, de forma pioneira, a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação que pudessem atuar na identificação, formulação, análise e busca de soluções para os problemas novos, e cada vez mais complexos, que se apresentavam em diversas áreas de interesse da atividade humana. Desde então tem sido observada uma tendência crescente neste sentido, segundo a qual os problemas que se apresentam requerem abordagens multidisciplinares e interdisciplinares, demandando a atuação de profissionais com formação diversificada, i.e. equipes multidisciplinares para tratá-los com a abrangência e profundidade necessárias.

Ao longo dos últimos oito anos, ocorreu um rápido amadurecimento nos procedimentos e instrumentos de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação Multidisciplinares, ao mesmo tempo em que ocorria um significativo aumento na proposição de novos cursos. Apesar da elevada taxa de rejeição de cursos novos, a Comissão de Área Multidisciplinar (CAM) da CAPES é hoje uma das com o maior número de cursos credenciados.

Isto demanda, então, uma atenção especial dos consultores que formam as comissões de avaliação para que se busque, tanto quanto possível, uma uniformização na proposição e na aplicação dos procedimentos e critérios de avaliação.

Desde sua criação em 1999, a CAM da CAPES é a que vem apresentando a maior taxa de crescimento entre todas as comissões da CAPES. Isto decorre provavelmente de dois fatores até certo ponto independentes, mas atuando simultaneamente. Em primeiro lugar, a existência dessa comissão propiciou e induziu na PG brasileira a proposição de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de programas acadêmicos tratando de questões intrinsecamente interdisciplinares e complexas. Em segundo lugar, a comissão serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes, com estruturas de PG ainda em fase de formação e consolidação, com dificuldades naturais de constituir densidade docente para abrir muitos cursos em áreas disciplinares tradicionais. Este serviço deve ser entendido como muito importante ao sistema de PG nacional, na medida que serve como elo de entrada de um grande número de universidades em atividades de pesquisa e ensino de mais alto nível, contribuindo para aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo reais oportunidades de formação avançada em regiões distantes no território nacional.

Em função do crescimento expressivo do número de cursos abrigados pela CAM, buscou-se organizar suas atividades de maneira a responder ao desafio imposto pelo seu tamanho, ao mesmo tempo que se preservava a qualidade das avaliações. A solução encontrada, em 2006, que, de certo modo, consolidou a prática de organização dos trabalhos que vinha ocorrendo desde 2004, foi através da criação de quatro Câmaras Temáticas (CT):

- CT I - Meio Ambiente & Agrárias
- CT II – Sociais & Humanidades
- CT III - Engenharia, Tecnologia e Gestão
- CT IV - Saúde & Biológicas

Esta estruturação foi necessária para que se pudesse avaliar de forma adequada o grande número de cursos que são acompanhados pela CAM. Merece destaque que devido às características intrínsecas aos cursos multidisciplinares, muitos deles não podem ser avaliados apenas no âmbito de uma Câmara Temática, sendo avaliados, portanto, por consultores de mais de uma CT.

Vale mencionar, também, que a metodologia de trabalho, para minimizar esta dificuldade, estabeleceu uma prática de reuniões simultâneas e no mesmo lugar, das quatro câmaras temáticas. Essa estratégia permite a consulta entre câmaras temáticas sobre cursos na fronteira de duas áreas ou mais áreas; a discussão constante de critérios de avaliação para que houvesse consenso ao nível da Comissão; e uma visão mais consistente do que é um curso multi/interdisciplinar.

Ao longo de sua existência a CAM já realizou três avaliações trienais: 2001; 2004; e 2007. Este relatório, denominado Documento de Área, é relativo à avaliação trienal de 2007, que corresponde aos Anos Base 2004-2005-2006, e tem por objetivos :

- descrever a dinâmica da avaliação;
- apresentar os critérios utilizados na avaliação trienal 2004-2006; e
- apresentar os resultados e uma breve análise da avaliação.

Além de atender a estes objetivos, este Documento de Área apresenta também uma descrição sucinta da evolução do Comitê de Área Multidisciplinar no período 1999-2007.

Vale ressaltar que nos dias 11 e 12 de abril de 2007 foi realizado em Brasília um evento com a participação dos coordenadores de 150 Cursos de Pós-Graduação Multidisciplinares, sendo empregada uma dinâmica semelhante àquela utilizada pelo CAM em suas atividades de avaliação, sendo feitas reuniões dentro das Câmaras Temáticas, e Reuniões Plenárias envolvendo todas as CTs. A partir destas reuniões foram obtidas informações relevantes que auxiliaram no estabelecimento dos critérios de avaliação descritos neste Documento de Área.

A avaliação da pós-graduação brasileira tem se tornado cada vez mais transparente, sendo depositadas informações para acesso público na página web da CAPES a cada passo do processo.

Nesse sentido, a base inicial de dados para a avaliação, retratando a situação de cada programa de pós-graduação, é disponibilizada publicamente na página da CAPES em Avaliação / Cadernos de Indicadores, com antecedência às datas das reuniões das comissões de área. Assim, os programas podem verificar seus dados para detectar possíveis erros de processamento e fazer análises comparativas com outros programas da mesma natureza. A base é organizada por ano e é formada pelo seguinte conjunto de relatórios padronizados: 1. Programa; 2. Teses e Dissertações; 3. Produção Bibliográfica; 4. Produção Técnica; 5. Produção Artística; 6. Corpo Docente,

Vínculo Formação; 7. Disciplinas; 8. Linhas de Pesquisa; 9. Projetos de Pesquisa; 10. Proposta do Programa; 11. Docente Atuação; 12. Docente Produção.

Outros dados foram disponibilizados na forma de planilhas em Avaliação / Sistema de Indicadores de Resultados (com os conceitos anteriores à avaliação) e em Avaliação / Planilhas Comparativas da Trienal 2007 (com os conceitos de cada programa aprovados no CTC de outubro de 2007). Essas planilhas contêm os números da produção bibliográfica, de teses e dissertações defendidas e de docentes permanentes, de cada programa de pós-graduação do país no triênio 2004-2006. A partir desses dados pode-se verificar que na Área Multidisciplinar, foram produzidos no triênio 2.328 artigos em revistas do Qualis Internacional, 3.099 do Qualis Nacional, 437 livros, 2.749 capítulos de livros, 363 teses e 3.610 dissertações.

Contudo, esses são dados brutos, sendo que algumas produções foram excluídas na avaliação de determinados programas de pós-graduação. A glosa dessas produções deu-se em alguns casos por pertencerem a docentes permanentes em outros dois programas de pós-graduação, que estavam, portanto, em desacordo com a portaria 68/2004 da CAPES (disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/coleta/>). A situação de cada docente de um programa em outros programas de pós-graduação pode ser verificada nos Cadernos de Indicadores, em Corpo Docente.

Outro motivo para a glosa seria por constituírem produções importadas de docentes que atuam como permanentes em mais de um programa e estando essas produções inconsistentes com as áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa em foco. De qualquer forma, a orientação da Direção de Avaliação da CAPES era de que as produções glosadas fossem comentadas na Ficha de Avaliação, com as devidas justificativas.

Aplicando-se os algoritmos numéricos de cada área de avaliação a esses dados, desconsiderando-se as produções eventualmente glosadas, é possível ter uma estimativa da classificação dos programas em ordem de produção intelectual por área. Este procedimento torna possível a comparação entre o desempenho dos programas nesse quesito da avaliação, ajudando ainda a compreender o conceito atribuído a um determinado programa na faixa até o conceito 5, em que a Produção Intelectual juntamente com os quesitos Corpo Docente e Corpo Discente predominam na avaliação (com os respectivos pesos, na Área Multidisciplinar, de 30%, 30% e 30% para os cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado e 25 %, 25 % e 30 % para os cursos de Mestrado Profissional). Para os conceitos 6 e 7 é também considerada a inserção ou o padrão internacional do programa.


Outro aspecto de destaque é que a avaliação do desempenho do Corpo Discente tem sido cada vez mais um dos pontos cruciais na avaliação da CAPES, pois entende-se que o principal produto da pós-graduação são os **recursos humanos formados**. A avaliação da produção intelectual é importante, pois um programa com produção de alta qualidade terá condições de dar boa formação. Porém, é de extrema importância a participação dos alunos nesta produção, um dos pontos centrais da avaliação do desempenho do Corpo Discente.

A participação discente em congressos é importante para o contato com a comunidade, troca de experiência, estabelecimento de colaborações, ajuste do

desenvolvimento do projeto, etc. Porém, uma medida do desempenho pleno dos discentes é a co-autoria nas produções de maior impacto. A qualidade das teses e dissertações é avaliada, principalmente, segundo os produtos que geram e a participação discente explícita nesses produtos, que seriam as produções vinculadas às teses e dissertações. Logo, consideram-se também os trabalhos gerados por egressos até três anos após a conclusão do curso, desde que se caracterizem como frutos de suas teses ou dissertações.

A co-autoria discente na produção qualificada, além de ser um indicador da qualidade dos recursos humanos formados pelo programa, é de grande importância para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas no mercado. O destino dos egressos é um item da avaliação de programas de pós-graduação consolidados, com conceitos 6 e 7.

A avaliação Trienal 2004-2006 dos programas na Área Multidisciplinar foi pautada pelos dados e conceitos acima, bem como pelos critérios especificados em cada quesito e item das Fichas de Avaliação dos Programas Acadêmicos e Profissionais (descritos no item 5), as quais foram submetidas à apreciação das coordenações dos programas antes da avaliação. Além disso, atendeu-se às reivindicações levantadas no Encontro de Coordenadores dos programas da área Multidisciplinar, ocorrido em 12 e 13 de Abril de 2007, no tocante à revisão dos critérios numéricos.

 C A P E S	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

2. Comissão de Área Multidisciplinar (CAM)

Representantes de Área

Representante	Instituição	Período
Luiz Bevilacqua	LNCC/MCT	1999-2002
Cláudio Sampaio	UNIFESP	2003-2004
Cláudio Habert	COPPE/UFRJ	2004-2005
Carlos Nobre	INPE	2005-2007

Coordenadores das Câmaras Temáticas (desde 2006)

Câmara Temática (CT)	Coordenador	Instituição
CT I : Meio Ambiente & Agrárias	Waldir Mantovani	USP
CT II: Sociais & Humanidades	Daniel Hogan	UNICAMP
CT III: Engenharia, Tecnologia & Gestão	Augusto Galeão	LNCC
CT IV: Saúde & Biológicas	Pedro Pascutti	UFRJ

Membros da Comissão de Avaliação (Avaliação Trienal 2007)

Câmara Temática (CT)	Consultor	Instituição
CT I: Meio Ambiente & Agrárias	Arlindo Philippi Júnior Ima C. G. Vieira Jalcione P. Almeida João E. Lima Luiz Drude Lacerda Reynaldo L. Victoria	USP MPEG UFRGS UFV UFC USP
CT II: Sociais & Humanidades	Andre Tosi Furtado Carlos Benedito Martins Cesar Barreira Edmilson Lopes Junior Ivan Targino Moreira Margarete Axt Teresinha Frões Burnham Yony S. B. Sampaio Yvonne M. L. Costa Ribeiro	UNICAMP UNB UFC UFRN UFPB UFRGS UFBA UFPE UFRJ
CT III: Engenharia, Tecnologia & Gestão	Antônio J. Silva Neto Francisco L. C. Teixeira Germano L. Torres Horácio H. Yanasse Paulo C. G. Egler Sandoval Carneiro Junior	UERJ UFBA UNIFEI INPE UNB UFRJ
CT IV: Saúde & Biológicas	Adelaide Fajone Alario Isabella F. Delgado Márcio F. Colombo Maria Cecília P. Almeida Sonia Nair Bao Vilma Sousa Santana	USP FIOCRUZ INC USP/RP UNB UFBA

3. Evolução do Comitê de Área Multidisciplinar

Ao longo deste triênio a Comissão funcionou com quatro sub-grupos: (i) Meio Ambiente e Ciências Agrárias; (ii) Sociais e Humanidades; (iii) Engenharia, Tecnologia e Gestão; e (iv) Saúde e Biológicas. Este *modus operandi* se tornou formal com a criação das quatro Câmaras Temáticas em 2006. Foi uma necessidade operacional, considerando o crescimento expressivo do número de cursos abrigados na Área e a impossibilidade de fazer uma avaliação de qualidade partindo de uma diversidade tão grande. Em se tratando de programas inter e multidisciplinares, tal divisão surgiu como uma resposta prática e não necessariamente conceitual à situação real do crescimento rápido da CAM.

Como norma da Área, as quatro câmaras se reuniram simultaneamente e no mesmo espaço físico. Tal procedimento permitiu:

1. A consolidação de critérios consensuais referentes aos diversos aspectos da avaliação;
2. A consulta entre duas ou mais câmaras quando um programa não se encaixava facilmente em somente uma das quatro sub-áreas; e
3. A elaboração de documentos, posicionamentos e auto-avaliações referentes à Comissão como um todo.

Ainda que esta divisão em quatro câmaras tenha levado à criação de uma camada burocrática adicional, ela contribuiu para o estabelecimento de patamares de qualidade mais homogêneos.

O crescimento elevado do número de cursos da área Multidisciplinar tem tornado bastante trabalhosa a tarefa da atualização do Qualis tanto para o Representante de Área quanto para os coordenadores das Câmaras Temáticas. Em particular, a cada ano do triênio são acrescentados várias centenas de novos periódicos no Qualis da Área, demandando considerável esforço de avaliação do grande volume de periódicos constantes.

Nos gráficos a seguir, podem ser observados os dados sobre os programas na Comissão Multidisciplinar e sobre o crescimento de demanda, por ano; por sub-área (câmara); por nível (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado); e pela razão nº de propostas apresentadas/ nº de propostas aprovadas.

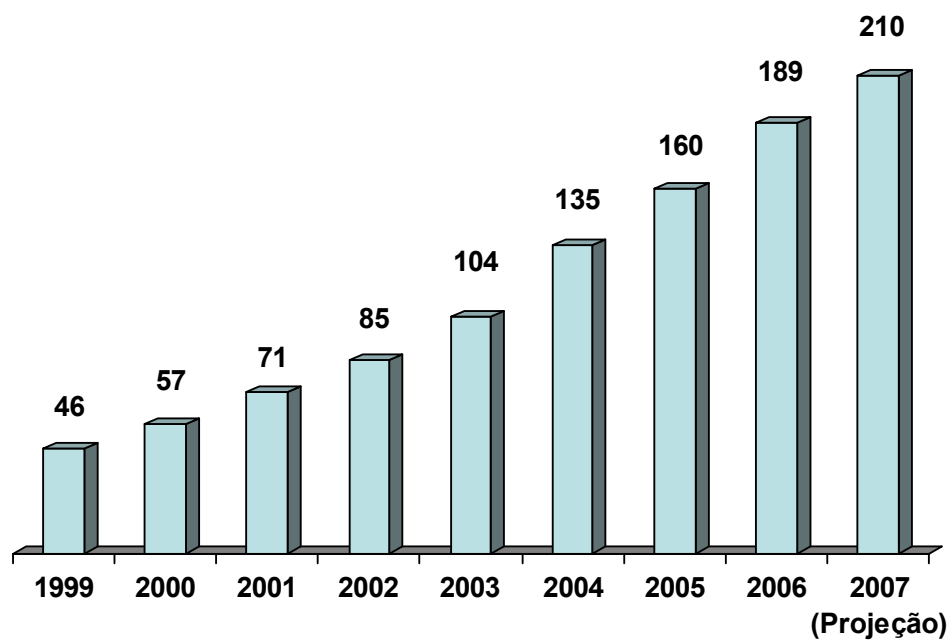


Figura 3.1 - Evolução do Número de Cursos do Comitê de Área Multidisciplinar.

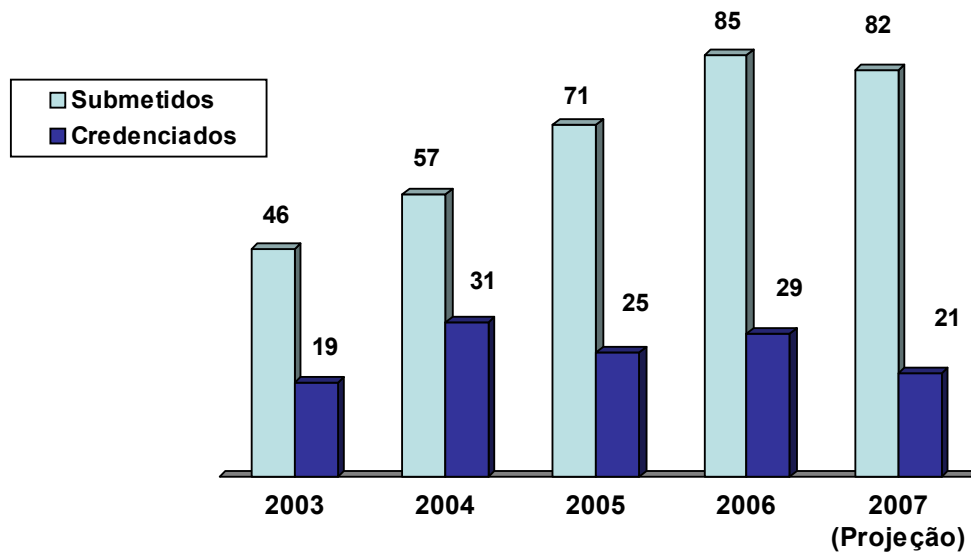


Figura 3.2 - Comparação dos Números de Cursos Submetidos e Credenciados.

Distribuição por Câmaras Temáticas

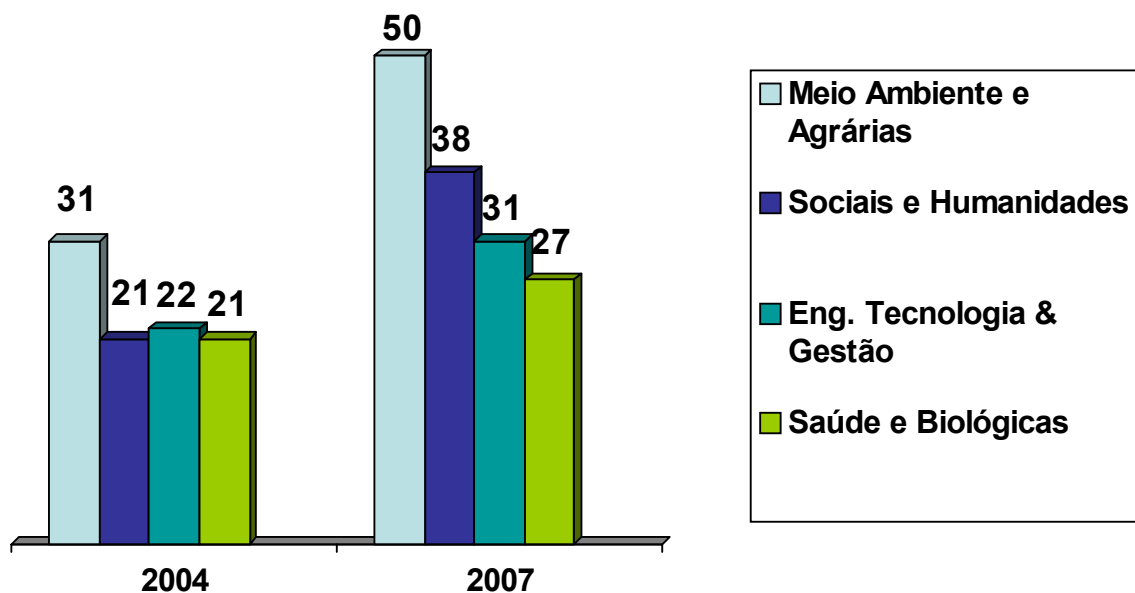


Figura 3.3 - Evolução da Distribuição dos Cursos Credenciados pelas Câmaras Temáticas do Comitê de Área Multidisciplinar.

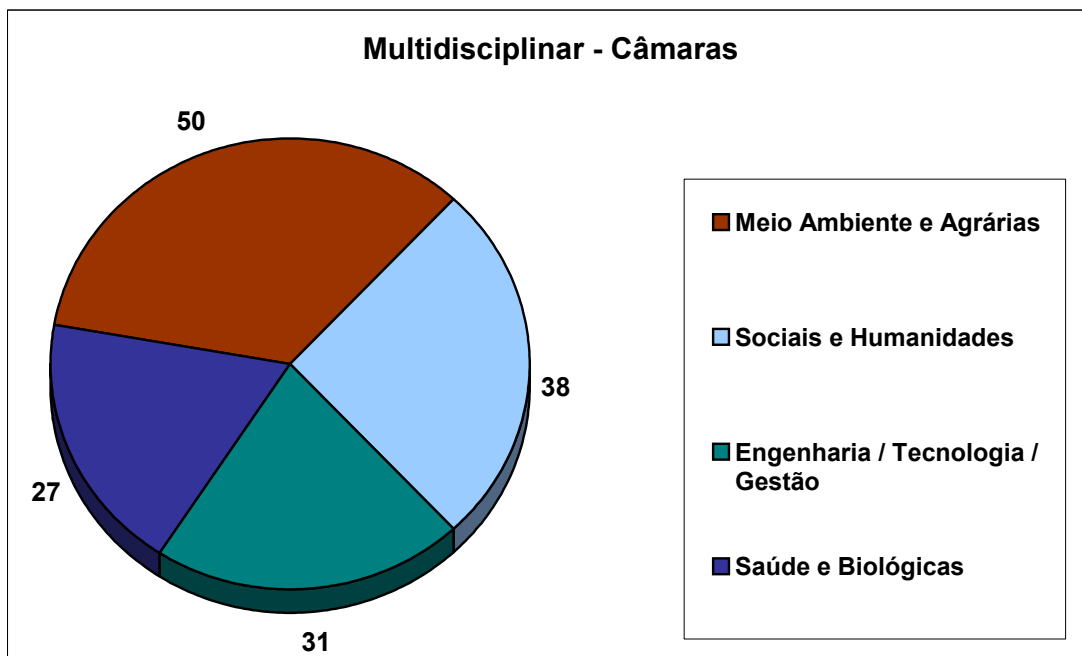


Figura 3.4 - Distribuição dos Cursos Credenciados pelas Câmaras Temáticas da Comissão de Área Multidisciplinar em 2007.

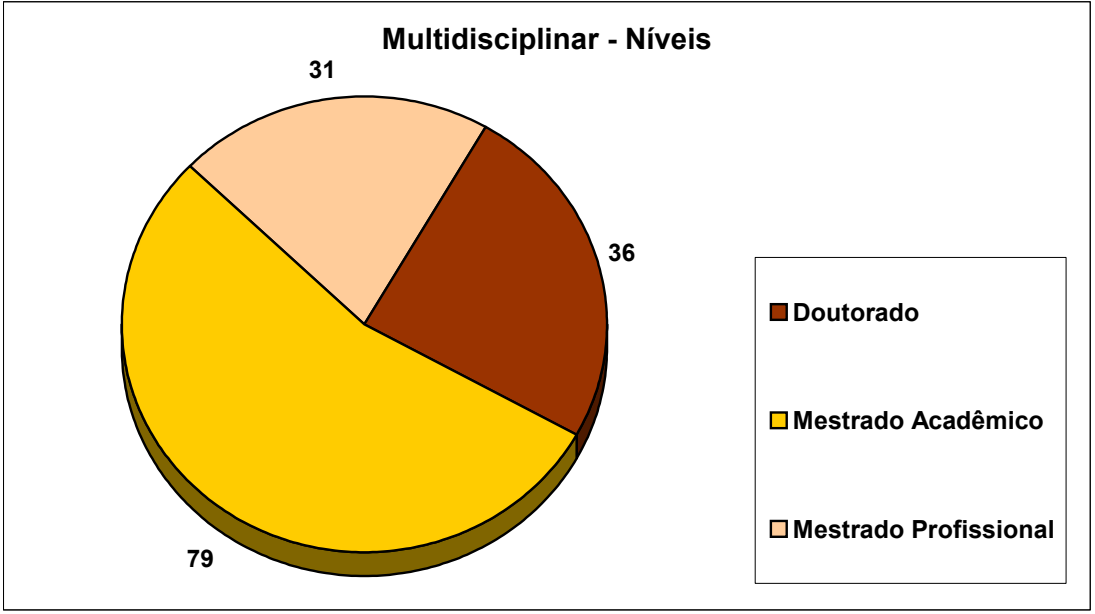


Figura 3.5 - Distribuição dos Cursos por Nível de Titulação.

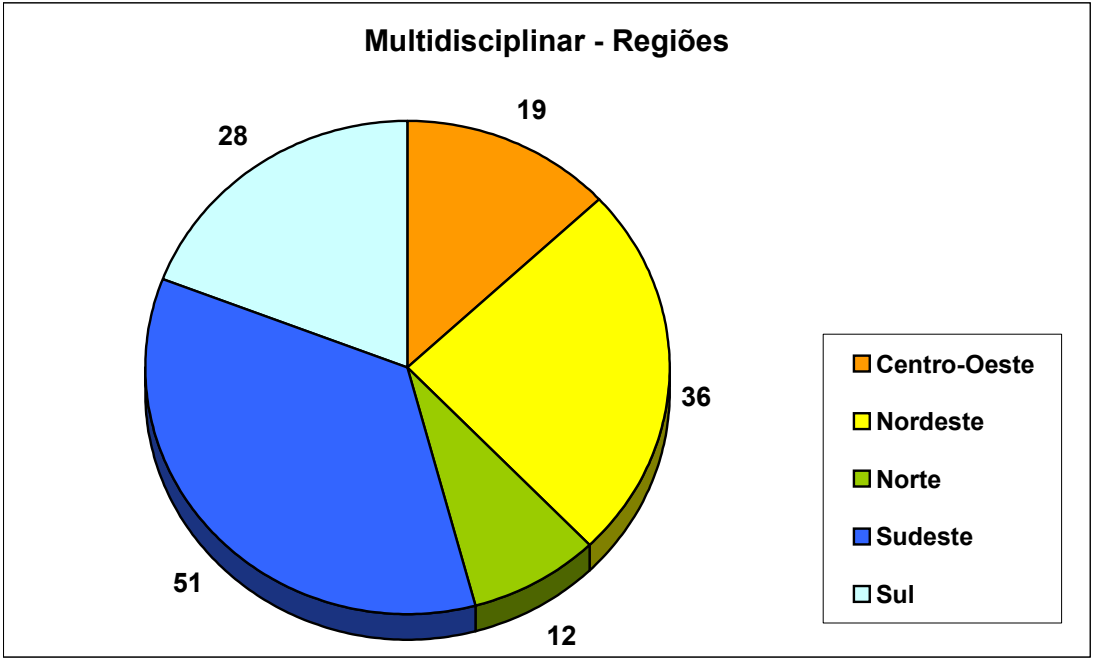


Figura 3.6 - Distribuição Geográfica dos Cursos da Comissão de Área Multidisciplinar.

4. Dinâmica da Avaliação Trienal 2004-2007

A avaliação dos relatórios enviados pelos Programas de Pós-Graduação foi realizada em seis etapas:

(i) Atribuição dos Pesos dos Quesitos de Avaliação

Como uma primeira atividade relacionada ao processo de avaliação trienal 2007, o Representante de Área juntamente com os coordenadores das Câmaras Temáticas atribuíram os pesos de cada quesito constante da ficha de avaliação dentro dos parâmetros recomendados pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES. Estas fichas de avaliação juntamente com as orientações para a avaliação de cada um dos quesitos são apresentadas na Seção 5.3 deste documento.

(ii) Reunião dos Coordenadores das Câmaras Temáticas (CTs)

O Representante da Área Multidisciplinar e os coordenadores das CTs realizaram uma reunião visando definir os critérios de avaliação a serem adotados pelos consultores do Comitê da Área Multidisciplinar. Estes critérios são apresentados na Seção 5.4 deste documento.

(iii) Avaliação pelos consultores

Dois consultores de uma mesma Câmara Temática, ou de duas CTs, quando necessário, avaliaram os relatórios enviados pelos Programas de Pós-Graduação fazendo as observações relativas a cada um dos quesitos de avaliação, bem como sugerindo o conceito a ser atribuído a cada programa.

Nesta etapa da avaliação, quando aplicável, foram considerados os relatórios emitidos pelos consultores que visitaram programas em atendimento à solicitação da CAPES.

(iv) Reuniões das Câmaras Temáticas


As CTs realizaram então reuniões visando consolidar os conceitos atribuídos pelos consultores.

(v) Reuniões Plenárias

De forma a permitir uma homogeneização da aplicação dos procedimentos e critérios de avaliação entre as quatro CTs, foram realizadas reuniões plenárias com a participação de todos os consultores simultaneamente. Nestas reuniões foram atribuídos os conceitos finais de todos os programas recomendados pela Comissão da Área Multidisciplinar para avaliação do Conselho Técnico Consultivo (CTC).

(vi) Reuniões para Proposição de Conceitos 6 e 7

Foram realizadas reuniões específicas para a discussão sobre a indicação de programas candidatos aos conceitos 6 e 7. Um dos critérios adotados consistiu na indicação de programas que além de exceder os critérios exigidos para o conceito 5,

 C A P E S	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
---	--

tivessem obtido grau máximo, i.e. Muito Bom, em todos os quesitos de avaliação, e além disso tivessem inserção ou padrão internacional, conforme definido no item Critérios para a Atribuição das Notas 6 e 7 na ficha de avaliação apresentada na Seção 5.3 deste documento.

5. Critérios para Avaliação dos Programas

5.1 - Introdução

Na Seção 5.2 são apresentados os critérios utilizados pela Comissão da Área Multidisciplinar para qualificar os periódicos desta área. Na Seção 5.3 são apresentadas as fichas de avaliação com os respectivos pesos atribuídos a cada quesito da avaliação. Na Seção 5.4 são apresentados os requisitos para orientação na definição de conceitos a partir do desempenho dos programas.

5.2 - Qualis

Procedimentos Gerais Adotados na Área Multidisciplinar para Classificação de Periódicos nos Níveis Qualis Internacional A, B e C, Nacional A, B e C e Local A, B e C

a) Periódico Qualis Internacional:

Internacional-A: fator de impacto > 0,5
Internacional-B: $0,5 > \text{fator de impacto} > 0,25$
Internacional-C: fator de impacto < 0,25

b) Periódico Qualis Nacional e Local:

- se está no SCIELO é considerado **periódico Nacional A**, caso não preencha requisitos para ser classificado como Internacional A ou B ;
- não estando no SCIELO, verificar se tem ISSN e se já foi classificado por outra Comissão em anos anteriores;
- se o periódico possuir Qualis em outra(s) área(s), ponderar o conceito da área “de origem” (área disciplinar onde o periódico está mais caracterizado), com o conceito das outras áreas, levando em conta as diretrizes da Comissão de Área Multidisciplinar.
- se o periódico não tiver sido classificado em nenhuma comissão e não se enquadrar nos itens acima, verificar se está no portal de periódicos da CAPES, consultar portais de busca, verificar se tem página na Internet, se tem corpo editorial e corpo de consultores, se é periódico editado por Editora Universitária, considerar se atende diretrizes da Área Multidisciplinar na CAPES, subsidiando a discussão plenária entre os consultores da Área Multidisciplinar para classificar como **Qualis Nacional B ou C ou Qualis Local A, B ou C**.

5.3 - Ficha de Avaliação

5.3.1 - Mestrado Acadêmico e Doutorado

NOVA FICHA DE AVALIAÇÃO PROGRAMAS/CURSOS **ACADÊMICOS**

Obs: A Capes conta com duas fichas de avaliação: uma para os programas e cursos **acadêmicos** e outra para cursos **profissionais**. Esta Ficha aplica-se apenas aos cursos **acadêmicos**.

Orientações do CTC – Reunião de 07/06/2006 – sobre a Nova Ficha de Avaliação

1. A nova Ficha faz parte do esforço que vem sendo desenvolvido pela Capes no sentido de ajustar e atualizar seu sistema de Avaliação à realidade e às perspectivas de desenvolvimento da pós-graduação nacional. Vencidas as etapas finais de concepção da nova Ficha, sua adoção será um avanço importante para a atuação da Capes, uma vez que os quesitos e itens que compõem esse instrumento especificam os aspectos a serem considerados na avaliação do desempenho dos Programas de uma forma mais simples e objetiva e melhor definida e sistematizada do que o fazia o antigo modelo.
2. A utilização da nova Ficha pelas Comissões de Área deverá ser orientada pelo propósito de dar cumprimento aos seguintes princípios que a Capes vem imprimindo ao processo de avaliação:
 - A garantia de uma base de uniformidade e de padronização do processo de avaliação, o que pressupõe a observância, por todas as Áreas, dos pontos básicos para esse fim definidos pelo CTC;
 - A ampliação do nível de integração das Áreas no âmbito de sua respectiva Grande Área, estabelecendo-se, sob a coordenação dos Representantes de Grande Área, as bases para a harmonização dos conceitos e orientações a serem por elas adotados.
 - O atendimento das especificidades de cada Área, respeitado o estabelecido pelo CTC e o acordado no âmbito da respectiva Grande Área.
3. Caberá a cada Área definir a proposta de detalhamento da Ficha de Avaliação a ser por ela adotada, respeitadas as orientações definidas pelo CTC, contidas neste documento. Tal proposta será submetida à apreciação e aprovação deste colegiado e, posteriormente, divulgada pela Capes.
4. Os aspectos a seguir apresentados deverão ser observados por todas as Áreas na definição de suas propostas de detalhamento da nova Ficha de Avaliação.

4.1. Sobre os quesitos:

- a) **A Ficha de Avaliação é composta de cinco quesitos:** Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual; Inserção Social.
- b) Complementa a definição dos cinco quesitos, texto correspondente aos “**Critérios para a atribuição das notas “6” e “7”**”.
- c) **Não será atribuído peso ao quesito 1: Proposta do Programa.** Os itens desse quesito deverão, porém, ser objeto de apreciação criteriosa pela Comissão de Área sobre a situação do Programa no que diz respeito aos aspectos por eles focalizados. Tais orientações deverão conter as orientações, sugestões ou advertências que a Comissão julgar pertinentes, os destaques sobre os aspectos inovadores da metodologia ou dos procedimentos de ensino adotados pelo Programa e as observações sobre o fato de estarem ou não devidamente atualizados os componentes da proposta do Programa. Além disso, aos itens desse quesito deverão ser consignados atributos: **Muito Bom**,

Bom, Regular, Fraco ou Deficiente.

- d) **O quesito 5, Inserção Social, tem seu peso definido pelo CTC: 10%**, a ser aplicado por todas as Áreas.
- e) **Os três outros quesitos (II, III e IV) têm um peso inicial proposto pelo CTC de 30% para cada um deles.** Admite-se, porém, que cada área, de acordo com os entendimentos que vierem a ser estabelecidos no âmbito de sua Grande Área, apresente sua proposta de peso para esses quesitos, respeitado o seguinte limite: **variação de até cinco pontos percentuais, para mais ou para menos, no peso proposto de 30%**. Isto equivale a dizer que, para os três quesitos indicados, é admitida a atribuição de um peso individual **dentro da faixa de 25% a 35%**, desde que a soma deles seja 90%.

4.2. Sobre o conteúdo dos itens de cada quesito:

- a) Caberá a cada área, dentro do acordado no âmbito de sua Grande Área, detalhar os aspectos ou indicadores correspondentes a cada item e a forma como tais aspectos ou indicadores serão por ela tratados na realização da avaliação.
- b) Cada Área poderá, se o desejar, incluir em sua proposta **novo item** para atender às especificidades do desempenho dos programas a ela vinculados.


4.3. Sobre a atribuição de peso aos itens:

- a) Caberá à Área, em sua proposta de detalhamento de sua Ficha de Avaliação, indicar o peso a ser atribuído aos itens de cada quesito.
- b) A proposta da Área poderá também incluir, **desde que devidamente justificada**, sugestão de ser zerado item definido pelo CTC, mas que julga não se ajustar às suas especificidades.

4.4. Sobre a coerência entre os atributos de itens e quesitos:

- a) Quando da realização da avaliação, o atributo final consignado pela Comissão de Área a um determinado quesito (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente) deverá ser consistente com aqueles imputados aos itens que o compõem, considerados os pesos a estes correspondentes, (sugeridos na proposta da Área de detalhamento da Ficha e aprovados, em última instância, pelo CTC).
- b) A nota final do Programa, por sua vez, também deverá ser consistente com os atributos imputados aos diferentes quesitos, considerados os pesos a estes correspondentes (sugeridos na proposta da Área de detalhamento da Ficha e aprovados, em última instância, pelo CTC).

Brasília, 07 de junho de 2006

 <p>C A P E S</p>	<p>Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar</p>
---	---

Período/Ano-Base:
Área de Avaliação:
Programa:
Instituição:
Município:

Cursos	Início	Dados disponíveis na <i>Coleta de Dados</i>
mestrado		
doutorado		

<p>Comissão de Avaliação - Consultores</p>

Brasília,

QUESITO 1

Proposta do Programa → (Decisão do CTC: SEM ATRIBUIÇÃO DE PESO AO QUESITO)

Orientação do CTC:

- A Comissão de Área deverá se manifestar sobre a situação do programa no que diz respeito aos itens do quesito e apresentar as orientações, sugestões ou advertências que julgar pertinentes.
- Nessa apreciação qualitativa, a Comissão de Área deverá buscar identificar e enfatizar a existência ou não de aspectos inovadores na proposta, na metodologia ou nos procedimentos de ensino adotados pelo programa, bem como de aspectos relativos à atualização ou não dos componentes da proposta de curso.

a) Síntese da avaliação.

Ítems	Avaliação ¹⁾
<p>1 Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento (pesquisa, desenvolvimento e extensão).</p> <p><i>(Orientação do CTC: Examinar se o conjunto de atividades atende à(s) área(s) de concentração proposta(s) e suas linhas de pesquisa.)</i></p>	<p>Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente</p>
<p>2 Coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular.</p> <p><i>(Orientação do CTC: Examinar se o conjunto de disciplinas e suas respectivas ementas são atuais e se atendem às áreas de concentração e estão em consonância com o corpo de docentes permanentes.)</i></p>	<p>Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente</p>
<p>3 Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.</p> <p><i>(Orientação do CTC: Analisar a adequação da infra-estrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais, áreas experimentais, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.)</i></p>	<p>Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente</p>
<p>4 Adequação às diretrizes que caracterizam a multi/interdisciplinaridade</p> <p><i>(Orientação da comissão da Área Multidisciplinar: Verificar a consistência com as diretrizes da comissão de Área quanto a inter/multidisciplinaridade da proposta)</i></p>	<p>Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente</p>
<p>Comissão</p>	


¹⁾ Atributos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente.

b. Apreciação da Comissão.

II - CORPO DOCENTE - Peso Definido pela Área Multidisciplinar 30% (Peso Proposto pelo CTC: 30% - Admitindo-se que a Área proponha ajuste do peso, desde que o proposto se enquadre dentro da faixa de 25% a 35%)

a. Síntese da avaliação:

Ítems	Pesos	Avaliação ¹⁾
<p>1 Formação (titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência).</p> <p><i>(Orientação do CTC: Como todos os docentes dos programas acadêmicos devem ser doutores, deverá ser objeto de análise e ponderação pela Comissão se o programa tiver docente, sobretudo se permanente, que não atenda a esse requisito.</i></p> <p><i>Verificar se a formação dos docentes é diversificada quanto a ambientes e instituições; valorizar os indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições; avaliar aspectos como: experiência e projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área.</i></p> <p><i>Verificar se há processos de avaliação dos docentes na IES, bem como se existem critérios e procedimentos para o credenciamento de orientadores do Mestrado e do Doutorado.)</i></p> <p><i>(Comentário da comissão da Área Multidisciplinar: Para a avaliação deste item e os demais, cujos dados necessários não sejam explicitamente solicitados no relatório Coleta CAPES, os programas devem dar as informações pertinentes no texto do mesmo relatório).</i></p>	20%	
<p>2 Adequação da dimensão, composição e dedicação dos DOCENTES PERMANENTES para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa.</p> <p><i>(Orientação do CTC: Verificar se o programa tem uma base sólida em seu núcleo de professores permanentes; apontar se ele depende em excesso de professores colaboradores ou visitantes. Nos dois casos, deve-se considerar a proporção de permanentes em face dos demais docentes, mas, sobretudo, a proporção de uns e outros nas atividades que sejam as principais do programa: orientação, docência e publicação científica; essa proporção deverá ser definida pela área, a partir de parâmetros do CTC.</i></p> <p><i>Analisar a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa)</i></p> <p><i>(Orientação da comissão de Área: Analisar o histórico da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa).</i></p>	15%	
<p>3 Perfil, grau de multidisciplinaridade, compatibilidade e integração do corpo docente permanente com a Proposta do Programa (especialidade e adequação em relação à proposta do programa).</p> <p><i>(Orientação do CTC: Analisar a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do Programa, visando à</i></p>	25%	

	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

<i>identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos.)</i> <i>(Orientação da comissão de Área: A formação do corpo docente deve ser bem distribuída pelas áreas disciplinares que abrangem a proposta).</i>		
4 Atividade docente e distribuição de carga letiva entre os docentes permanentes.	10%	
5 Participação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na GRADUAÇÃO (no caso de IES com curso de graduação na área), com particular atenção à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG. <i>(Orientação do CTC: Avaliar a participação dos docentes nas atividades de ensino na graduação e de iniciação científica. Considerar as implicações positivas dessa participação, e também os efeitos negativos, sob a ótica das necessidades e interesses do programa de PG, decorrente de eventual excesso de dedicação dos docentes a tais atividades. Cada área deve definir suas exigências neste nível de atuação)</i> <i>(Orientação da comissão de Área: Avaliar a carga didática na graduação e na pós-graduação e as horas de dedicação 'a pesquisa e orientação. Os programas devem dar essa e demais informações relativas aos outros itens textualmente no Coleta)</i>	10%	
6 Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos. <i>(Orientação do CTC: Verificar as formas e o impacto da atuação dos docentes em pesquisa. Considerando-se o perfil da área, o leque de oportunidades disponíveis para seus programas, de acordo com suas respectivas subáreas ou especialidades e com a região ou estado em que se localizam, valorizar os indicadores da capacidade dos docentes de terem destacada a qualidade de suas contribuições como pesquisadores e de obterem os meios para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa, como, por exemplo: obtenção de bolsa de produtividade do CNPq, captação de recursos públicos ou privados, participação em programas ou projetos especiais...)</i>	20%	
Comissão		

¹⁾ Atributos: **Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente.**

b. Apreciação da Comissão:

III - CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES - Peso Definido pela Área Multidisciplinar 30% (Peso Proposto pelo CTC: 30% - Admitindo-se que a Área proponha ajuste desse peso, desde que o proposto se enquadre dentro da faixa de 25% a 35%)

OBS: Os itens deste quesito devem ser considerados separadamente para Mestrado e Doutorado.

a. Síntese da avaliação.

Ítems	Pesos	Avaliação ¹⁾
<p>1 Orientações de teses e dissertações concluídas no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p> <p><i>(Orientação do CTC: A proporção é adequada? As T e D concluídas indicam: a) atuação efetiva do corpo docente na orientação, b) boa distribuição entre os orientadores, c) empenho do corpo discente?</i></p> <p><i>Para efeito deste item e do seguinte, ponderar Teses e Dissertações, podendo uma Tese valer entre duas e três Dissertações, conforme decisão da área)</i></p> <p><i>(Comentário da comissão de Área: Sugere-se suprimir a frase anterior)</i></p>	15%	
<p>2 Adequação e compatibilidade da relação orientador/discente.</p> <p><i>(Orientação do CTC: Considerar separadamente esta relação no que se refere a (a) teses e dissertações defendidas no período e (b) orientações em andamento no período.)</i></p>	10%	
<p>3 Participação de discentes autores da pós-graduação e da graduação (neste caso, se a IES possuir graduação na área) na produção científica do programa.</p> <p><i>(Orientação do CTC: Verificar, no que se refere à PG e, quando pertinente, à Graduação: a) número de artigos de autoria discente, b) número de discentes autores de artigos, em confronto com o total de discentes do programa. O segundo dado é mais importante, porque demonstra o equilíbrio da autoria discente no interior do corpo de alunos. Informar se o programa admite que artigos já publicados ou aceitos para publicação, de seus mestrandos ou doutorandos, constituam parte de sua dissertação ou tese; esse critério é admissível pela Capes.</i></p> <p><i>Discentes de graduação autores: Quando a IES possuir graduação na área, avaliar as atividades de bolsistas de IC, estagiários, monitores etc. quanto à sua participação em congressos, produção científica etc.)</i></p> <p><i>(Comentário da comissão de Área: Sugere-se que os programas declarem textualmente nos relatórios. A participação discente nos congressos deve aparecer como um índice numérico nos relatórios, no lugar de uma lista extensa de resumos em congressos)</i></p>	25%	
<p>4 Qualidade das Teses e Dissertações: Teses e Dissertações vinculadas a publicações.</p> <p><i>(Orientação do CTC: Este é um dos itens mais importantes da avaliação. É desejável que toda T ou D gere uma publicação – íntegra do trabalho ou artigo ou outra forma de publicação –, ressalvado o caso das áreas em que as dissertações não costumam ser publicadas. Conforme o perfil da área, as publicações ocorrerão antes, logo depois ou algum tempo após a defesa. Mas todo trabalho de conclusão deve gerar publicações. Note-se que a Capes admite publicações eletrônicas, desde que avaliadas no Qualis. A disponibilização das</i></p>		



<p><i>T e D na Internet, conforme a Portaria 13/2006 da Capes, não basta para ser considerada publicação, nos termos deste item.</i> <i>Evidentemente, há que se considerar a demora entre a submissão de um texto para publicação – como artigo ou como livro – e a sua aceitação e edição. A área verificará os prazos adequados para isso e examinará a produção em decorrência desse ponto.)</i> <i>(Comentário da comissão de Área: sugere-se um cadastro de egressos para vincular a produção aos mesmos, quando for o caso)</i></p>	30%	
<p>5 Qualidade das Teses e Dissertações: Outros Indicadores. (Orientação do CTC: Avaliar neste item aspectos complementares ao focalizado pelo item anterior considerados pela área como indicadores relevantes da qualidade das D e T, como, por exemplo: <i>a) qualidade das bancas examinadoras; b) vinculação das teses e dissertações às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa ou curso...</i>)</p>	10%	
<p>6 Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas da Capes e do CNPq titulados.</p> <p>Considerar, de forma diferenciada, a situação de bolsistas e de não-bolsistas, bem como alunos vinculados a projetos especiais aprovados pela Capes, como <i>Minter e Dinter</i>.</p> <p>(Orientação do CTC: Analisar aspectos como: <i>a) Tempo de formação de mestres e doutores; b) percentual de bolsistas da Capes e do CNPq – e eventualmente de FAPs – titulados. Distinguir sempre a situação de bolsistas, da referente aos não-bolsistas e aos alunos de projetos especiais.)</i> (OBS: <i>a) Verificar se os bolsistas têm concluído suas teses e dissertações em prazos compatíveis com as recomendações das agências de fomento e parâmetros das áreas de avaliação. Verificar, especialmente quando se usam laboratórios, se a demora na titulação não está impedindo a admissão de novos alunos. Os bolsistas podem ter considerado seu tempo médio de titulação, mas para não-bolsistas recomenda-se que o tempo de titulação seja considerado sobretudo ou apenas no caso de prazos longos a ponto de significarem que o aluno se terá afastado, por bastante tempo, da pós-graduação, o que não é desejável.</i> <i>b) O programa tem titulado os bolsistas da Capes, CNPq e eventualmente de FAPs? Este pode ser um bom indicador de como os alunos que recebem recursos públicos estão trabalhando e sendo estimulados a concluir suas T e D. A esse respeito, vale observar que já se tem estruturado num banco de dados: a) a relação nominal dos ex-bolsistas da CAPES e do CNPq que receberam a última mensalidade entre 1/1/1996 e 31/12/2003 e b) a relação dos titulados na pós-graduação entre 1/1/96 e 31/12/2003. O cruzamento dessas informações pode gerar um indicador importante sobre a eficiência do Programa na utilização dos recursos públicos investidos na concessão das bolsas das duas principais agências de fomento do país.</i> (Orientação da comissão de Área: Os programas devem declarar os mecanismos internos de acompanhamento dos bolsistas CAPES, CNPq e FAPs).</p>	10%	
Comissão		

¹⁾ Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

b. Apreciação da Comissão:



QUESITO IV - PRODUÇÃO INTELECTUAL - Peso Definido pela Área Multidisciplinar 30% (Peso Proposto pelo CTC: 30% - Admitindo-se que a Área proponha ajuste do peso, desde que o proposto se enquadre dentro da faixa de 25% a 35%)

a. Síntese da avaliação.

Ítems	Pesos	Avaliação ¹⁾
<p>1 Publicações qualificadas do Programa por docente permanente. (Orientação do CTC: Avaliar a produção dos docentes do programa com base no QUALIS da área. Admite-se e incentiva-se a adoção de QUALIS específicos para outros itens importantes da produção científica da área, como eventos, produção artística etc. Nas áreas em que os livros forem um fator importante da produção, avaliá-los também). (Comentário da comissão de Área: Há necessidade da criação de mecanismos para a avaliação de livros. Uma proposta da área Multi é a criação de um banco de resenhas pela CAPES).</p>	40%	
<p>2 Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente do Programa. (Orientação do CTC: Dividir as publicações do corpo permanente pelo número de docentes dessa categoria. Verificar se não há concentração excessiva. No caso do doutorado, evitar que dele participem como orientadores – e, conforme a área, mesmo como professores – docentes que não tenham publicação nos níveis mais altos avaliados pela CAPES. Verificar se há dependência excessiva em relação à produção de colaboradores e/ou visitantes).</p>	35%	
<p>3 Outras produções consideradas relevantes, à exceção da artística (produção, técnica, patentes, produtos etc.) (Orientação do CTC: Colocar as mesmas questões do item anterior, com as adaptações necessárias. Patentes, nas áreas que possam gerá-las, devem obrigatoriamente ter peso mais elevado. Poderá haver Qualis de patentes, distinguindo-se as que são efetivamente aplicadas daquelas que não o são. Produtos técnicos podem ser muito importantes, no Mestrado Profissional ou nas áreas de cunho tecnológico).</p>	25%	
<p>4 Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente. (Orientação do CTC: Colocar as mesmas questões do item 4.3, com as adaptações necessárias para a área.)</p>	0%	
<p>Comissão</p>		

¹⁾ Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

b. Apreciação da Comissão:

QUESITO V – INSERÇÃO SOCIAL - Peso Definido pela Área Multidisciplinar 10% (Peso Definido pelo CTC: 10%, a ser aplicado por todas as Áreas)

a. Síntese da avaliação:

Ítems	Pesos	Avaliação ¹⁾
<p>1 Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.</p> <p>(Orientação do CTC: Os subitens a seguir apresentados são exemplificativos. Não se trata de esperar que os programas de todas as áreas e subáreas devam ou possam atender a todos eles. Busca-se sinalizar a importância de um tipo de contribuição relevante dos programas, não enfatizada pela Ficha anterior, e de definir o lócus para a valorização pela Capes de aspectos como:</p> <p>a) impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. Um exemplo de contribuição nesse campo, passível de ocorrer em algumas áreas, seria no caso de geração pelo programa de “livros-textos” para a graduação e dos livros didáticos para o ensino fundamental e médio. A DAV tem recomendado que esses trabalhos sejam pontuados positivamente, mas apenas quando forem excelentes ou muito bons. Nossa sugestão é que – se classificarmos os livros numa escala de 1 a 7 – os didáticos e livros-textos que tiverem 6 e 7 mereceriam uma pontuação elevada; os que tiverem 5 mereceriam nota média; os que tiverem 4 ou menos não receberiam pontos. O objetivo desta idéia é estimular a produção de tais trabalhos só quando forem excelentes, uma vez que, se forem de qualidade média, eles não trarão nada de novo e, sempre, representam um esforço que afasta o professor de outras atividades prioritárias para o desempenho do programa, como a produção científica e orientação de alunos).</p> <p>b) impacto social – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p>c) impacto cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;</p> <p>d) impacto tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos...</p>	35%	
<p>2 Integração e cooperação com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação – participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos; participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como “Casadinho”, PQI, Dinter/Minter ou similares).</p>	35%	



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
Comitê de Área Multidisciplinar

<p>3 Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação: (Orientação do CTC: indicadores passíveis de serem valorizados neste item:</p> <p>a) Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc.</p> <p>b) Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes 13/ 2006, que torna obrigatória essa providência.</p>	30%	
Comissão		

¹⁾ Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente.

b. Apreciação.

CRITÉRIOS PARA A ATRIBUIÇÃO DAS NOTAS “6” E “7”

Introdução:

A partir da reformulação do sistema de avaliação em 1998, os conceitos básicos que caracterizam o nível de desempenho dos programas/cursos reconhecidos pelo MEC são expressos pelas notas e atributos “5” (Muito Bom), “4” (Bom) e “3” (Regular). As notas “6” e “7” são reservadas para os programas enquadrados como conceito “5” na primeira etapa de realização da avaliação trienal que apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência e que tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação ao dos demais programas.

No processo, ora em curso, de redefinição da Ficha de Avaliação, a aplicação dos cinco quesitos e respectivos itens desta Ficha permitirá às Comissões de Área avaliar o desempenho dos programas e atribuir-lhes as notas de 1 a 5.

No que diz respeito aos critérios que servirão de base para a identificação dos programas que, em relação aos demais programas de alto nível de sua área e no contexto da pós-graduação nacional, apresentem um **diferencial de desempenho** que lhes permita ser contemplados com as notas 6 ou 7, ganha relevo o atendimento, concomitante, de um conjunto de exigências expressos pela seguinte denominação geral:

DIFERENCIAIS DE ALTA QUALIFICAÇÃO E DESEMPENHO E DE FORTE LIDERANÇA NACIONAL DO PROGRAMA.

Os itens abaixo indicados delineiam os principais aspectos que vêm sendo apontados como possíveis bases para a identificação de programas que atendam a tais exigências e que, por isso, seriam elegíveis para os dois conceitos mais altos atribuídos pela Capes: o “6” e o “7”.

a. Síntese da avaliação.

Ítems	Pesos	Avaliação ¹⁾
<p>1 Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos.</p> <p>(Orientações do CTC: Incorporar melhor aspectos dos critérios utilizados nas avaliações anteriores relativos à inserção e equivalência internacional do programa que permitam responder a questões como: O Programa tem qualidade equivalente ao dos centros de excelência internacional? Tem presença internacional relevante e de impacto, tanto na produção científica como na participação em convênios, equipes de projeto etc.?)</p>	35%	
<p>2 Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação.</p> <p>(Orientação do CTC: Este item envolve a avaliação do desempenho do programa em mais longo prazo. Não deve ser considerado apenas o seu presente imediato, mas o seu histórico. Não se deve, porém, admitir como atendendo a este requisito a contribuição por ele dada no passado, mas que não corresponda à sua realidade atual. Aspectos a serem considerados:</p> <p>a) Nível de consolidação do programa como formador de recursos humanos e não apenas como importante centro de produção de</p>	35%	



<p>pesquisa:</p> <p><i>Verificar se o programa já tem uma posição consolidada na formação de doutores; em que nível explora seu potencial de formação de recursos humanos – relação entre sua contribuição para a pesquisa e a utilização dessa competência como oportunidade para a formação de recursos humanos de alto nível...</i></p> <p>b) Liderança nacional na nucleação de programas de PG e de grupos de pesquisa.</p> <p><i>Verificar se o programa – ou seu núcleo duro – tem contribuição relevante, destacada dos demais programas da área, na nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil – isto é, se ele formou doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos [na região – tendência para o conceito 6 – e em âmbito nacional – tendência para 7]...</i></p>		
<p>3 Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa; integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade ou transparência dada à sua atuação.</p> <p><i>(Discutir formas de rever o desempenho do programa no que diz respeito aos aspectos destacados pelo Quesito 5, tendo em vista identificar aspectos diferenciais da contribuição do programa, em relação aos demais programas de sua área e grande área, no que diz respeito a tais itens. Uma sugestão apresentada seria nessa revisão atribuir ênfase a objetivos ressaltados na discussão da nova Ficha como, por exemplo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> — <i>estimular e premiar formas inovadoras na pesquisa e na formação de mestres e doutores (podendo ser este, pois, o local para se considerar positivamente tais iniciativas e seus resultados);</i> — <i>verificar se ele se destaca como pólo de atração para a realização (objeto do desejo) dos projetos de estágios seniores ou pós-doutorais ou de atividades similares, se tem atraído alunos para doutorados sanduiche...</i> — ... 	<p>30%</p>	
<p>Comissão</p>		

1)
2)

b. Apreciação.

QUALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

a. Qualidade dos dados fornecidos e das informações disponíveis sobre o Programa.

Quesitos	Pesos	Coerência¹⁾	Completo¹⁾
I Proposta do Programa			
II Corpo Docente			
III Corpo Discente, Teses e Dissertações			
IV Produção Intelectual			
Comissão			

¹⁾ Atributos: Bom; Regular; Deficiente.

b. Apreciação.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

Conceito CA

Quesitos	Pesos	Avali
PROPOSTA DO PROGRAMA	0.00	
CORPO DOCENTE	30.00	
CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES	30.00	
PRODUÇÃO INTELECTUAL	30.00	
INSERÇÃO SOCIAL	10.00	
ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 OU 7	0.00	

Data Chancela: 28/08/2007

Nota Comissão:

Conceito:

Apreciação

Recomendações da Comissão ao Programa

Recomendação de Visita ao Programa

a. A CAPES deve promover visita de consultores ao Programa.

Recomendação de Visita¹⁾
--

¹⁾ Opção: S - Sim; N - Não.

b. Em caso afirmativo, justificativa.

5.3.2 - Mestrado Profissional

CAPES/DAV

FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMA/CURSO **PROFISSIONAL**

Esta **Versão** foi aprovada pelo CTC em sua reunião de 6 e 7 de março de 2007 e foi encaminhada aos Representantes de Área para elaboração as propostas de ajustamento da Ficha de Avaliação de Mestrado Profissional às especificidades de suas respectivas Áreas.

1. Apresentação
<p>Dentro do propósito da Capes de ajustar o Sistema de Avaliação à realidade atual e às perspectivas de desenvolvimento da pós-graduação nacional, a Diretoria Executiva, com o apoio do CTC, se propôs a subdividir o processo de avaliação em dois segmentos – o Acadêmico, relativo aos programas e cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, e o Profissional, relativo aos Programas/Cursos de Mestrado Profissional –, cada qual contando com uma Ficha de Avaliação própria.</p> <p>Esta versão da Ficha de Avaliação dos Mestrados Profissionais foi aprovada pelo CTC de 6 e 7 de março de 2007. Sua definição baseou-se na proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho formado pelo CTC, coordenado pelo professor Vahan Agopyan, enriquecida por sugestões apresentadas por representantes de áreas, consultores e coordenadores de programas.</p>
2. Orientações Gerais
<p>2.1. A Ficha de Avaliação de Mestrado Profissional deverá preservar os ganhos obtidos com a Ficha de Avaliação de Programas Acadêmicos – no que diz respeito, por exemplo, à maior ênfase no produto dos cursos do que nos processos utilizados, à valorização das propostas e iniciativas inovadoras e à adoção de indicadores mais atuais – e também destacar e valorizar aquilo é considerado como da essência, ou próprio, dessa modalidade de curso (conforme vem sendo destacado, nos últimos anos, em sucessivos documentos da Capes).</p> <p>2.2. A definição da Ficha de Avaliação de Mestrado Profissional, da mesma forma que a da nova Ficha de Avaliação dos Cursos Acadêmicos, vincula-se ao propósito de dar cumprimento aos seguintes princípios que a Capes vem imprimindo ao processo de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none">— garantia de uma base de uniformidade e de padronização do processo de avaliação, o que pressupõe a observância, por todas as Áreas, dos pontos básicos para esse fim definidos pelo CTC;— ampliação do nível de integração das Áreas no âmbito de sua respectiva Grande Área, estabelecendo-se, sob a coordenação dos Representantes de Grande Área, as bases para a harmonização dos conceitos e orientações a serem por elas adotados.— atendimento das especificidades de cada Área, respeitado o estabelecido pelo CTC e o acordado no âmbito da respectiva Grande Área. <p>2.3. A Ficha de Avaliação de Mestrado Profissional será composta de cinco quesitos:</p> <ul style="list-style-type: none">Quesito I – Proposta do Programa (sem atribuição de peso);Quesito II – Corpo Docente;Quesito III – Corpo Discente e seus Trabalhos;Quesito IV – Produção Intelectual e Profissional Destacada;Quesito V – Inserção Social.

3. Orientações sobre o Ajustamento da Ficha de Avaliação às Especificidades das Áreas

3.1. Definição da Ficha de Avaliação das Áreas

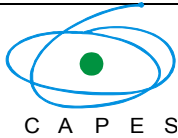
- a) A versão da Ficha de Avaliação de Mestrado Profissional aprovada pelo CTC em 7 de março de 2007 deverá ser ajustada às especificidades de cada Área de Avaliação, no que diz respeito ao conteúdo dos itens de todos os quesitos e à atribuição de pesos aos quesitos II, III, IV e V e aos seus respectivos itens, respeitadas as faixas de pesos e demais normas para esse fim estabelecidas pelo referido conselho, a seguir apresentadas.
- b) O Representante de Área deverá enviar para CAA/DAV, e-mail caa@capes.gov.br, impreterivelmente, **até 10 de abril de 2007**, a proposta da Ficha de Avaliação de sua Área, com os ajustes no conteúdo dos itens e a especificação dos pesos para os quesitos previstos e respectivos itens.
- c) A proposta de Ficha de Avaliação de cada Área será submetida à deliberação do CTC.

3.2. Sobre o peso dos quesitos e itens:

- a) **Não será atribuído peso ao Quesito 1: Proposta do Curso/Programa.** Os itens desse quesito deverão, porém, ser objeto de apreciação criteriosa pela Comissão de Área sobre a situação do curso/programa no que diz respeito aos aspectos por eles focalizados. Tais orientações deverão conter as questões, sugestões ou advertências que a Comissão julgar pertinentes, os destaques sobre os aspectos inovadores da metodologia ou dos procedimentos de ensino adotados pelo curso/programa e as observações sobre o fato de os componentes da proposta do curso estarem ou não devidamente atualizados.
- b) Aos itens do Quesito I deverão ser, porém, consignados atributos: **Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente ou Não Aplicável.**
- c) O peso dos quesitos de II a V deverá ser ajustado à realidade de cada Área de Avaliação, respeitadas as seguintes normas fixadas pelo CTC:
 - os **Quesitos II, III e IV** devem receber pesos dentro da **faixa de 25 a 35%**;
 - o **Quesito V** deve ter peso dentro da **faixa de 10 a 20%**;
 - somente se admitem **múltiplos de 5%** como valor para os pesos tanto de itens como de quesitos;
 - **a soma dos pesos dos Quesitos II, III, IV e V deve ser 100%**, assim como a soma dos itens de cada Quesito.

3.3. Sobre o conteúdo dos itens dos quesitos:

- a) **Dada a natureza do Mestrado Profissional, são fundamentais itens que mostrem:**
 - (i) **articulação do curso com o ambiente profissional e/ou social para o qual está voltado;**
 - (ii) **experiência e produção profissional e/ou social de seus docentes;**
 - (iii) **caráter da produção de seus alunos, tanto ao longo do curso quanto na conclusão do mesmo.**
- b) É plausível que a área venha a reduzir a importância e/ou condensar itens dentre os existentes nesta versão da Ficha de Avaliação.
- c) A Área poderá, se o desejar, incluir em sua proposta **novos itens** para atender às especificidades do desempenho dos cursos/programas a ela vinculados.
- d) A Área deverá, se possível de acordo com diretrizes acordadas no âmbito de sua Grande Área,



detalhar os aspectos ou indicadores correspondentes aos itens de cada quesito e à forma como tais aspectos ou indicadores serão por ela tratados na realização da avaliação.

3.4. Sobre a atribuição de pesos aos itens dos quesitos:

- c) Competirá à Área indicar o peso a ser atribuído a cada item dos Quesitos II, III, IV e V.
- d) O peso dos itens no interior dos quesitos não deverá ser o mesmo aplicado aos cursos acadêmicos, em decorrência das diferenças existentes entre as duas modalidades de cursos.
- e) A Área poderá propor, com a devida justificativa, que seja zerado algum item definido ou aprovado pelo CTC, tendo em vista atender às suas especificidades.
- f) Somente são admitidos múltiplos de 5% como valor do peso atribuído a cada item.
- g) A soma dos itens de cada quesito deve ser 100%.

3.5. Sobre a coerência entre os atributos de itens e quesitos:

- a. Quando da realização da avaliação, o atributo final consignado pela Comissão de Área a um determinado quesito (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente) deverá ser consistente com aqueles imputados aos itens que o compõem, considerados os pesos a estes correspondentes, (sugeridos na proposta da Área de detalhamento da Ficha e aprovados, em última instância, pelo CTC).
- b. A nota final do curso/programa, por sua vez, também deverá ser consistente com os atributos imputados aos diferentes quesitos, considerados os pesos a estes correspondentes (sugeridos na proposta da Área de detalhamento da Ficha e aprovados, em última instância, pelo CTC).

4. PONTOS BÁSICOS DA CARACTERIZAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS → a serem considerados na definição da Ficha de Avaliação e na Avaliação desses cursos.

4.1. Objetivo do Mestrado Profissional:

O Mestrado Profissional tem por objetivo a formação do profissional cujo papel na empresa, organização, instituição pública (estatal ou não) ou outro tipo de entidade em que vier a atuar será o de identificar, promover e gerenciar a implantação de inovações e melhorias em produtos, métodos, processos ou formas de gerenciamento nos diferentes níveis de organização de tal entidade, assim aumentando a produtividade ou a qualidade no atendimento às demandas da sociedade.

Trata-se, pois, de curso de **formação de pesquisadores** **formação de profissionais**** com **forte enfoque na aplicação de conhecimento** e em que é exigida do aluno a atividade contínua de **pesquisa** ou de **acompanhamento de pesquisa**, tendo em vista a identificação e a atualização do conhecimento de novas tecnologias ou métodos e, como desdobramento, o desenvolvimento de atividades referentes à definição dos ajustes ou adaptações necessários para implantação de tais inovações na organização em que atua ou vai atuar. **Contudo, diferente do que acontece com o Mestrado Acadêmico, o Profissional é um produto “concluído”, que normalmente não conduzirá à defesa de um Doutorado e à carreira de pesquisador.**

Um Mestrado Profissional **pode deve**** voltar-se para o atendimento de demandas as mais diversas e seus resultados podem ter impacto sobre diferentes setores de atividade ou campos do conhecimento. Enquanto alguns cursos poderão ter uma finalidade econômica mais facilmente destacável (engenharia de petróleo, engenharia automotiva, engenharia mecânica, agronegócios), outros poderão, por exemplo, visar à superação das grandes deficiências de nosso sistema educacional (como no caso dos cursos de ensino de ciências e de matemática), ou à capacitação de órgãos estatais com vistas à melhor definição e efetividade de políticas públicas em campos como saúde, segurança etc.

**** correções propostas na reunião de 21 coordenadores de Mestrado Profissional da Área Multidisciplinar**



[durante o Congresso da área em 12 e 13/04/2007](#)

4.2. Programação das Atividades do Mestrado Profissional:

As disciplinas previstas para o curso devem:

- ter foco e abrangência adequados,
- contemplar devidamente os aspectos teóricos e doutrinários atualizados da área de conhecimento;
- contemplar os problemas de aplicação do conhecimento e de interação com outras disciplinas, considerada a realidade do setor profissional para o qual se volta o curso.

A programação do curso deve também atender a exigências como:


- prever o desenvolvimento de atividades dos alunos junto ao respectivo setor ou campo de atuação profissional;
- incluir atividades que assegurem ao aluno um conhecimento mais abrangente do setor de sua formação e suas respectivas interfaces, evitando-se mantê-lo com uma visão restrita apenas à sua empresa ou organização;
- prever a participação do aluno em atividades acadêmicas enriquecedoras, tanto internas quanto externas à sua instituição, como no caso da participação em congressos, seminários e eventos similares.

4.3. Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional:

O trabalho de conclusão do Mestrado Profissional deve:

- adequar-se, quanto ao tipo de trabalho requerido, às especificidades dessa modalidade de mestrado e também à da área ou campo profissional focalizado pelo curso (Obs: Cada área de avaliação da Capes deve, pois, especificar o tipo ou tipos de trabalhos de conclusão por ela admitidos, e a proposta de cada curso deve definir o tipo ou tipos de trabalho de conclusão a ele correspondentes.);
- abordar, preferencialmente, um problema, caso ou necessidade da própria organização em que o mestrando atua ou em que deverá atuar, em coerência com o caráter próprio dessa modalidade de curso, que se volta para a qualificação e capacitação para a aplicação do conhecimento no desempenho regular da atividade profissional;
- ser representativo dos trabalhos que o mestrando passará a desenvolver depois de diplomado (relacionados com inovação ou melhoria), constituindo-se, pois, em um primeiro exercício, bem conduzido e elaborado, na linha do que deverá ser os seus projetos de atuação profissional a partir de então.

[Trabalhos que não representem inovação na empresa ou organização, ou que não constituam contribuições inovadoras para a solução de problemas, não são recomendados como formas de conclusão do curso.](#)

 C A P E S	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

Período/Ano-Base:

Área de Avaliação:

Curso/programa:


Instituição:

Município:

Cursos	Início	Dados disponíveis na Coleta de Dados
Mestrado profissional		
Mestrado acadêmico Doutorado		<p>(Orientação: No caso de programa que também ofereça cursos acadêmicos, embora estes não sejam avaliados nesta Ficha, a informação a eles referentes é preciosa e deverá ser fornecida pela DAV aos avaliadores do mestrado profissional.)</p>

Comissão de Avaliação - Consultores

Brasília,

 C A P E S	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

QUESITO 1


Proposta do Curso → (SEM ATRIBUIÇÃO DE PESO AO QUESITO)

Orientação do CTC:

- A Comissão de Área deverá se manifestar sobre a situação do curso no que diz respeito aos itens do quesito e apresentar as orientações, sugestões ou advertências que julgar pertinentes.
- Nessa apreciação qualitativa, a Comissão de Área deverá buscar identificar e enfatizar a existência ou não de aspectos inovadores na proposta, na metodologia ou nos procedimentos de ensino adotados pelo programa, bem como de aspectos relativos à atualização ou não dos componentes da proposta de curso.
- No caso de cursos de Mestrado Profissional que pertençam a programas em que há níveis acadêmicos, a Comissão apreciará a relação entre um e outros, verificando se é harmônica, produtiva e, em especial, se a participação no MP se restringe a poucos docentes ou a poucas áreas de concentração do curso.

Síntese da avaliação.

Ítems	Avaliação ¹⁾
<p>1 Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento (pesquisa, desenvolvimento e extensão).</p> <p>(Orientação: Examinar se o conjunto de atividades atende às características do respectivo campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s) e suas linhas de pesquisa.)</p>	Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente
<p>2 Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com os respectivos setores produtivos / profissionais.</p> <p>(Orientação: Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo de docentes permanentes.)</p>	Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente
<p>3 Coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular.</p> <p>(Orientação: Examinar se o conjunto de disciplinas e suas respectivas ementas são atuais e se atendem às áreas de concentração e estão em consonância com o corpo de docentes permanentes.)</p>	Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente
<p>4 Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>(Orientação: Analisar a adequação da infra-estrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais, áreas experimentais, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.)</p>	Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente
<p>5 Articulação entre o Mestrado Profissional e os demais cursos do mesmo Programa, caso existam. No caso de Mestrado Profissional “independente”, verificar se seus docentes atuam em outros Programas e como se dá a articulação entre o MP e os demais PPGs.</p>	Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente

	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

<p>(Orientação: Cerca de metade dos MPs é “independente”. Quando não o são, o lançamento da produção científica não caracteriza dupla contagem, sendo legítimo. Mas, quando são “independentes”, tal lançamento vem caracterizando dupla contagem. Entretanto, esse assunto demandará discussão do CTC, para evitar que o sistema atual iniba o surgimento de MPs “independentes”, ou que agreguem docentes de diversos PPGs para um fim comum. Dado que o relatório Marcuschi (RBPG n.4) aponta a “natureza fortemente multidisciplinar” dos MPs, é importante tomar medidas na direção apontada acima).</p>	Deficiente
6 Relevância. O Mestrado Profissional em questão tem relevância tecnológica, profissional, social?	Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente
7. Adequação às diretrizes que caracterizam a multi/interdisciplinaridade (Orientação da comissão da Área Multidisciplinar: <i>Verificar a consistência com as diretrizes da comissão de Área quanto a inter/multidisciplinaridade da proposta</i>)	Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Deficiente
Comissão	

¹⁾ Atributos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente ou Não Aplicável.

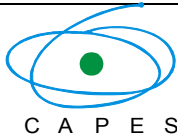
CRÍTICAS E SUGESTÕES COMPLEMENTARES

II - CORPO DOCENTE → PESO PROPOSTO PELA ÁREA: 25%

Faixa de Variação de Peso fixada pelo CTC para o Quesito: de 25 a 35%


Síntese da avaliação

Ítems	Pesos	Avaliação ¹⁾
<p>1 Existência e atuação de um “Conselho Consultivo”, composto por docentes e representantes do respectivo campo profissional.</p> <p>(Orientação: Verificar a existência e a atuação efetiva desse Conselho Consultivo, na elaboração de estratégias, avaliações e ações de melhoramento contínuo do curso, sendo um canal de efetiva interação, participação e sinergia com o respectivo campo profissional.)</p> <p>(A valoração da existência de um Conselho Consultivo poderia ser considerada apenas a partir do COLETA 2007**)</p>	10%	
<p>2 Formação (titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência).</p> <p>(Orientação: A maioria dos docentes dos cursos/programas profissionais deve ter título de doutor, mas é relevante a experiência profissional destes, e mais importante ainda a experiência e atuação em inovação dos não doutores. Estes aspectos deverão ser objeto de ponderação pela Comissão.</p> <p>Verificar se a formação dos docentes é diversificada quanto a ambientes e instituições; valorizar os indicadores de atualização da formação, de intercâmbio com outras instituições e efetiva atuação em inovação; avaliar aspectos como: patentes e outros resultados profissionais relevantes, experiência e projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área; experiência tecnológica e profissional de destaque.</p> <p>A maior parte das áreas exige que os orientadores tenham doutorado, mas se admite que não doutores, de boa experiência profissional, ministrem aulas, co-orientem e participem de bancas. Depende da área incluí-los ou não no corpo permanente do curso. Mas em todos os casos esses docentes de experiência profissional devem ser considerados na avaliação, bem como a experiência que lhes é pertinente.</p> <p>Verificar se há processos de avaliação dos docentes na IES, bem como se existem critérios e procedimentos para o credenciamento de orientadores.)</p>	20%	
<p>3 Adequação da dimensão, composição e dedicação dos DOCENTES PERMANENTES para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do curso/programa.</p> <p>(Orientação: Verificar se o curso/programa tem uma base sólida em seu núcleo de professores permanentes; apontar se ele depende em excesso de professores colaboradores ou visitantes. Definir o que é “excesso” no caso do MP. Nos dois casos, deve-se considerar a proporção de permanentes em face dos demais docentes, mas, sobretudo, a proporção de uns e outros nas atividades que sejam as principais do curso/programa: orientação, docência e produção técnica; essa proporção deverá ser definida pela área, a partir de</p>	15%	



<p>parâmetros do CTC.</p> <p>Verificar e valorizar a interação e participação dos docentes de cursos/programas profissionais (permanentes ou não), em programas acadêmicos afins da mesma IES. Para os cursos/programas profissionais, essa interação com programas acadêmicos é fundamental, devendo ser incentivada e valorizada.</p> <p>Analisar a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao curso/programa.)</p>		
<p>4 Perfil, compatibilidade e integração do corpo docente permanente com a Proposta do Curso/Programa (especialidade e adequação em relação à proposta do curso/programa).</p> <p>(Orientação: Analisar a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do Curso/Programa, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Verificar se o corpo docente atende às necessidades de atualização tecnológica ou profissional que dão sentido ao MP)</p>	20%	
<p>5 Atividade docente e distribuição de carga letiva entre os docentes permanentes.</p>	10%	
<p>6 Participação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na GRADUAÇÃO (no caso de IES com curso de graduação na área ou em áreas afins**), com particular atenção à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG ou no mundo profissional/empresarial.</p> <p>(Orientação: Avaliar a participação dos docentes nas atividades de ensino na graduação e de iniciação científica, iniciação tecnológica, trabalhos técnicos ou tecnológicos provenientes de TCC**. Considerar as implicações positivas dessa participação, e também os efeitos negativos, sob a ótica das necessidades e interesses do programa de PG, decorrente de eventual excesso de dedicação dos docentes a tais atividades. Cada área deve definir suas exigências neste nível de atuação).</p>	10%	
<p>7 Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos.</p> <p>(Orientação: Verificar as formas e o impacto da atuação dos docentes em pesquisa, inovação e desenvolvimento do respectivo campo. Considerando-se o perfil da área, o leque de oportunidades disponíveis para seus cursos/programas, de acordo com suas respectivas subáreas ou especialidades e com a região ou estado em que se localizam, valorizar os indicadores de interação com o respectivo setor profissional, da capacidade dos docentes de terem destacada a qualidade de suas contribuições como pesquisadores e de obterem os meios para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa, como, por exemplo: obtenção de bolsa de produtividade do CNPq, captação de recursos públicos ou privados, participação em programas ou projetos especiais...)</p>	15%	
<p>Comissão</p>	100%	

** propostas da reunião de 21 coordenadores de Mestrado Profissional da Área Multidisciplinar durante o Congresso da área em 12 e 13/04/2007.

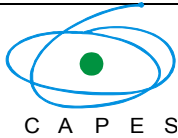
 C A P E S	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

III - CORPO DISCENTE E SEUS TRABALHOS → PESO PROPOSTO PELA ÁREA: 25%

Faixa de Variação de Peso fixada pelo CTC para o Quesito: de 25 a 35%

Síntese da avaliação


Ítems ¹⁾	Pesos	Avaliação ¹⁾
<p>1 Procura pelo curso, demanda de candidatos.</p> <p>(Orientação: a demanda de candidatos é um indicador da qualidade percebida do curso pelo respectivo campo de atuação, tanto dos profissionais quanto das empresas / organizações. Considerar a relação candidato/vaga e a quantidade, abrangência e significância no campo de atuação, das empresas / organizações dos candidatos.)</p> <p>(Diferenciar instituições públicas, onde o ensino é gratuito; e privadas, onde o ensino é pago**)</p>	5%	
<p>2 Orientações de trabalhos concluídos no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p> <p>(Orientação: A proporção é adequada? Os trabalhos concluídos indicam: a) atuação efetiva do corpo docente na orientação, b) boa distribuição entre os orientadores, c) empenho do corpo discente?)</p>	5%	
<p>3 Adequação e compatibilidade da relação orientador/discente.</p>	10%	
<p>4 Participação de discentes autores da pós-graduação e da graduação (neste caso, se a IES possuir graduação na área) na produção científica, tecnológica e profissional do curso/programa.</p> <p>(Orientação: Verificar, no que se refere à PG e, quando pertinente, à Graduação: a) número de artigos ou de intervenções de autoria discente, b) número de discentes autores de artigos ou de intervenções, em confronto com o total de discentes do curso/programa. O segundo dado é mais importante, porque demonstra o equilíbrio da autoria discente no interior do corpo de alunos. Por “intervenção”, entende-se uma atuação prática no mundo profissional, de interesse para a formação do aluno e para o avanço de sua área, compatível com os produtos finais que se esperam do MP; em todos os casos, a intervenção, para ser considerada, deve ser analisada em texto escrito e publicado. Informar se o curso/programa admite que artigos já publicados ou aceitos para publicação, de seus mestrados ou doutorandos, constituam parte de sua dissertação ou tese; esse critério é admissível pela Capes.</p> <p>Discentes de graduação autores: Quando a IES possuir graduação na área, avaliar as atividades de bolsistas de IC, estagiários, monitores etc. quanto à sua participação em congressos, produção científica etc.)</p> <p>(Contar publicação dos egressos durante um período específico (36 meses após defesa da dissertação**))</p>	30%	
<p>5 Qualidade dos Trabalhos de Conclusão: Trabalhos vinculados a aplicações, patentes ou publicações.</p> <p>(Orientação: Este é um dos itens mais importantes da avaliação. É quase imprescindível que todo trabalho gere aplicação dos seus resultados na</p>	30%	



<p>respectiva empresa / organização do mestrando. Isso pode ou não envolver patentes, mas patentes sem aplicação efetiva devem ser menos valorizadas. Deve também ser informado o impacto que a aplicação produziu na organização, recomendando-se fortemente a utilização de indicadores quantitativos, tipo “antes/depois”. A aplicação pode ocorrer antes, logo depois ou algum tempo depois da defesa, mas é relevante existir a intenção de aplicação por parte da empresa/organização.</p> <p>Não é necessário publicar todos os trabalhos, dada a sua natureza bastante diferenciada no caso do MP. Mas recomenda-se que a comissão de área receba pelo menos uma página completada de cada trabalho de conclusão, resumindo-o de maneira objetiva e destacando se e em que condições ele foi aplicado. Tais resumos não podem ter a forma genérica e vaga de dizer que “foram examinados”, “foram discutidos”. Deve ser dito com clareza qual o diagnóstico do problema e quais as soluções apontadas, se foram ou não implementadas, por que, e com que resultados.)</p> <p>No setor profissional, a ação de “publicação” está relacionada com a importância da divulgação e disseminação de conhecimento, inovação e evolução pelo respectivo setor. Portanto, a divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos em congressos técnicos (com efetiva participação dos profissionais do setor) e em publicações técnicas com expressiva circulação nesse setor deve ser especialmente valorizada.)</p>		
<p>6 Qualidade dos Trabalhos de Conclusão: Outros Indicadores.</p> <p>(Orientação: Avaliar neste item aspectos complementares ao focalizado pelo item anterior considerados pela área como indicadores relevantes da qualidade dos trabalhos de conclusão , como, por exemplo: a) qualidade das bancas examinadoras; b) vinculação dos trabalhos de conclusão às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa ou curso, c) avaliação pelos alunos das respectivas empresas ou organizações; d) avaliação realizada pelas associações profissionais do respectivo campo de atuação...)</p> <p>(Considerar a agregação da produção técnica dos mestrados no ambiente profissional, quando relacionada com a sua pesquisa no Programa**)</p>	10%	
<p>7 Eficiência do Curso/Programa na formação de mestres profissionais.</p> <p>(Orientação: Os mestrados profissionais, como regra, não recebem nenhum tipo de recursos de apoio da CAPES nem do CNPq, inclusive bolsas, a não ser em casos excepcionais. Assim, a análise aqui será mais focada no tempo de formação e na evasão (desistências) do curso.</p> <p>Aqui, pode ser discutido o fluxo de entradas e saídas dos alunos.</p> <p>(considerar a flexibilização do aumento do tempo para conclusão do curso de mestrados sem bolsa**)</p>	10%	
<p>Comissão</p>	100%	

¹⁾ Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente e Não Aplicável.

** propostas da reunião de 21 coordenadores de Mestrado Profissional da Área Multidisciplinar durante o Congresso da área em 12 e 13/04/2007.

	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

QUESITO IV - PRODUÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DESTACADA →

PESO PROPOSTO PELA ÁREA: 30%

Faixa de Variação de Peso fixada pelo CTC para o Quesito: de 25 a 35%

Síntese da avaliação

Ítems	Pesos	Avaliação ¹⁾
1 Produção do Curso/Programa por docente permanente. (Orientação: Avaliar a produção dos docentes do curso/programa em patentes, aplicações e publicações com base no QUALIS da área para cursos/programas profissionais. Admite-se e incentiva-se a adoção de QUALIS específicos para outros itens importantes da produção científica da área, como eventos, produção artística etc.)	35%	
2 Distribuição de produção em relação ao corpo docente do Curso/Programa. (Orientação: Dividir as patentes, aplicações e publicações do corpo permanente, devidamente ponderadas pelo Qualis da área, pelo número de docentes dessa categoria. Verificar se não há concentração excessiva. Verificar se há dependência excessiva em relação à produção de colaboradores e/ou visitantes. Respeitar, porém, a natureza específica do MP, caso a presença de colaboradores ou visitantes seja preciosa).	30%	
3 Produção tecnológica ou profissional do corpo docente. Presença do mesmo na vida profissional. (Orientação: o curso é referência na formação profissional? Além da formação de mestres, é convidado a consultorias, promove mudanças na atuação profissional da área?)	35%	
Comissão	100%	

¹⁾ Atributos: **Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente e Não Aplicável.**


QUESITO V – INSERÇÃO SOCIAL : PESO PROPOSTO PELA ÁREA:

20%

Faixa de Variação de Peso fixada pelo CTC para o Quesito: de 10 a 20%

Síntese da avaliação

Ítems	Pesos	Avaliação ¹⁾
<p>1 Inserção e impacto regional e (ou) nacional do curso/programa.</p> <p>(Orientação: Os subitens a seguir apresentados são exemplificativos. Não se trata de esperar que os cursos/programas de todas as áreas e subáreas devam ou possam atender a todos eles. Entretanto, a inserção e interação com o respectivo setor externo / social é indispensável no caso de um curso/programa profissional. Busca-se sinalizar a importância de um tipo de contribuição relevante dos cursos/programas, não enfatizada pela Ficha anterior, e de definir o lócus para a valorização pela Capes de aspectos como:</p> <p>a) impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>b) impacto social – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p>c) impacto cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;</p> <p>d) impacto tecnológico/econômico (indispensável) – contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e conhecimentos...</p> <p><i>(Incluir no tópico impacto tecnológico/econômico a questão da inovação tecnológica, enfatizando as tecnologias sociais**)</i></p> <p>Pelo menos um destes impactos é indispensável.</p>	30%	
<p>2 Integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação – participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos; participação em projetos de cooperação entre cursos/programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como “Casadinho”, PQI, Dinter/Minter ou similares). Merecem destaque a integração e cooperação quando ela também</p>	20%	

 C A P E S	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

envolver empresas ou organizações.		
3 Integração e cooperação com empresas ou organizações do setor com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação – participação em convênios ou programas de cooperação com empresas ou organizações ou associações setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região. (Considerar a reescrita do item: “Integração e cooperação com instituições públicas, empresas e organizações do terceiro setor”. Atribuir valoração especial quando houver financiamento advindo das cooperações.)**	30%	
4 Visibilidade ou transparência dada pelo curso/programa à sua atuação: (Orientação: indicadores passíveis de serem valorizados neste item: Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc. Outras formas de divulgação sistemática de seus produtos.	20%	
Comissão	100%	

¹⁾ Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente e Não Aplicável.

** propostas da reunião de 21 coordenadores de Mestrado Profissional da Área Multidisciplinar durante o Congresso da área em 12 e 13/04/2007.

QUALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Qualidade dos dados fornecidos e das informações disponíveis sobre o programa.

Quesitos	Pesos	Coerência¹⁾	Completo¹⁾
I Proposta do Curso/Programa			
II Corpo Docente			
III Corpo Discente, Teses e Dissertações			
IV Produção Intelectual			
V Inserção Social			
Comissão			

¹⁾ Atributos: Bom; Regular; Deficiente.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

Conceito CA

Quesitos	Pesos	Avaliação
PROPOSTA DO PROGRAMA	0.00	
CORPO DOCENTE	25.00	
CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES	25.00	
PRODUÇÃO INTELECTUAL	30.00	
INSERÇÃO SOCIAL	20.00	
Data Chancela: 28/08/2007	Nota Comissão:	
	Conceito:	
Apreciação		

2. Recomendações da Comissão ao Curso/programa

3. Recomendação de Visita ao Curso/programa

A CAPES deve promover visita de consultores ao Programa/Curso?

Recomendação de Visita ¹⁾

¹⁾ Opção: S - Sim; N - Não.

Em caso afirmativo, justificativa.

4. Recomendação de Mudança da Área de Avaliação do Programa

A comissão recomenda a Mudança de Área de Avaliação do Programa?

Recomendação de Visita ¹⁾

¹⁾ Opção: S - Sim; N - Não.

Em caso afirmativo, indicar qual seria a nova área e apresentar justificativa bem fundamentada.

CONSIDERAÇÕES GERAIS EM RELAÇÃO AOS PESOS**

❖ **Foi indicado maior peso nos seguintes quesitos:**

- (1) **Quesito III: Qualidade dos trabalhos de conclusão: trabalhos vinculados a aplicações, patentes ou publicações;**
- (2) **Quesito IV: produção tecnológica ou profissional do corpo docente;**
- (3) **Quesito V: inserção e impacto regional e/ou nacional do curso/programa.**

** propostas da reunião de 21 coordenadores de Mestrado Profissional da Área Multidisciplinar durante o Congresso da área em 12 e 13/04/2007.

5.4 - Requisitos para Orientação na Definição de Conceitos a partir do Desempenho

5.4.1 - Mestrado Acadêmico e Doutorado

Partindo de tabelas similares existentes em outras comissões da CAPES, foi estabelecido um quadro de orientação geral para definição dos conceitos dos cursos, a partir do desempenho em todos os cinco quesitos.

Mestrado Acadêmico e Doutorado

1 - Proposta do Programa	2 - Corpo Docente 30 %	3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações ⁽³⁾ 30 %	4 - Produção Intelectual 30 %	5 - Inserção Social 10 %	Conceito
MB	MB/B ⁽¹⁾	MB/B ⁽¹⁾	MB	MB/B ⁽¹⁾	5
B	B	B	B	B/R	4
B/R	R	R/F ⁽²⁾	R	R/F ⁽²⁾	3
F	R/F	F	R/F	F	2
D	D	D	D	D	1

Obs.: MB – Muito Bom; B – Bom; R – Regular; F – Fraco; D - Deficiente

(1) Pelo menos um dos quesitos deve ter conceito MB

(2) Pelo menos um dos quesitos deve ter conceito R


(3) Cursos Novos de Mestrado com menos de 30 meses, e de Doutorado com menos de 54 meses, serão avaliados levando em conta esse fato.

OBS:- A partir da reformulação do sistema de avaliação em 1998, os conceitos básicos que caracterizam o nível de desempenho dos programas/cursos reconhecidos pelo MEC são expressos pelas notas e atributos “5” (Muito Bom), “4” (Bom) e “3” (Regular). As notas “6” e “7” são reservadas para os programas enquadrados como conceito “5” na primeira etapa de realização da avaliação trienal que apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência e que tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação ao dos demais programas.

Mestrado Acadêmico e Doutorado

Quesito 4 – Produção Intelectual

Conceito	Atributo	Indicador de Desempenho (média por ano)
5	MB	Produção Científica em Periódicos Qualis Int. A/B/C + Nac. A + produção em livros e capítulos de livros / docente permanente $\geq 1,2$ ou Periódicos Qualis Int. A / docente permanente $\geq 0,8$ Distribuição pelo corpo docente permanente $> 50 \%$
4	B	Produção Científica em Periódicos Qualis Int. A/B/C + Nac. A/B + produção em livros e capítulos de livros / docente permanente $\geq 0,8$ ou Periódicos Qualis Int. A / docente permanente $\geq 0,5$ Distribuição pelo corpo docente permanente $> 50 \%$
3	R	Produção Científica em Periódicos Qualis Int. A/B/C + Nac. A/B/C + produção em livros e capítulos de livros / docente permanente $\geq 0,5$
2	F	Produção Científica em Periódicos Qualis Int. A/B/C + Nac. A/B/C + produção em livros e capítulos de livros / docente permanente $\geq 0,3$
1	D	Nenhum dos índices anteriores é alcançado

 C A P E S	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Comitê de Área Multidisciplinar
--	--

Produção em Livros e Capítulos de Livros	Pontuação
Livros com editoração internacional	0 a 2 pontos
Livros com editoração nacional	0 a 2 pontos
Capítulo de Livros com editoração internacional	0 a 1 ponto
Capítulo de Livros com editoração nacional	0 a 1 ponto

5.4.2 - Mestrado Profissional

Requisitos para Orientação na Definição de Conceitos a partir do Desempenho

Mestrado Profissional

1 – Proposta do Programa	2 – Corpo Docente 25 %	3 – Corpo Discente e Dissertações ⁽²⁾ 25 %	4 – Produção Intelectual 30 %	5 – Inserção Social 20 %	Conceito
MB	MB/B ⁽¹⁾	MB/B ⁽¹⁾	MB	MB	5
B	B	B	B	B	4
B/R	R	R/F	R	R	3
F	R/F	F	R/F	F	2
D	D	D	D	D	1

Obs: MB – Muito Bom; B – Bom; R – Regular; F – Fraco; D - Deficiente

(1) Pelo menos um dos quesitos deve ter conceito MB

(2) Cursos novos de Mestrado Profissional com menos de 30 meses serão avaliados levando em conta esse fato.

Mestrado Profissional

Quesito 4 – Produção Intelectual (Produção Científica + Produção Tecnológica)

Produção Científica		
Conceito	Atributo	Indicador de Desempenho (média por ano)
5	MB	Produção Científica em Periódicos Qualis Int. A/B/C + Nac. A + produção em livros e capítulos de livros + Produção Tecnológica Comprovada ⁽¹⁾ / docente permanente $\geq 1,2$ Distribuição pelo corpo docente permanente $> 50\%$ <i>A produção científica deve ser necessariamente $\geq 0,6$ por docente permanente</i>
4	B	Produção Científica em Periódicos Qualis Int. A/B/C + Nac. A/B + produção em livros e capítulos de livros + Produção Tecnológica Comprovada ⁽¹⁾ / docente permanente $\geq 0,8$ Distribuição pelo corpo docente permanente $> 50\%$ <i>A produção científica deve ser necessariamente $\geq 0,4$ por docente permanente</i>
3	R	Produção Científica em Periódicos Qualis Int. A/B/C + Nac. A/B/C + produção em livros e capítulos de livros + Produção Tecnológica Comprovada ⁽¹⁾ / docente permanente $\geq 0,5$ <i>A produção científica deve ser necessariamente $\geq 0,25$ por docente permanente</i>
2	F	Produção Científica em Periódicos Qualis Int. A/B/C + Nac. A/B/C + produção em livros e capítulos de livros + Produção Tecnológica Comprovada ⁽¹⁾ / docente permanente $\geq 0,3$ <i>A produção científica deve ser necessariamente $\geq 0,15$ por docente permanente</i>
1	D	Nenhum dos índices anteriores é alcançado

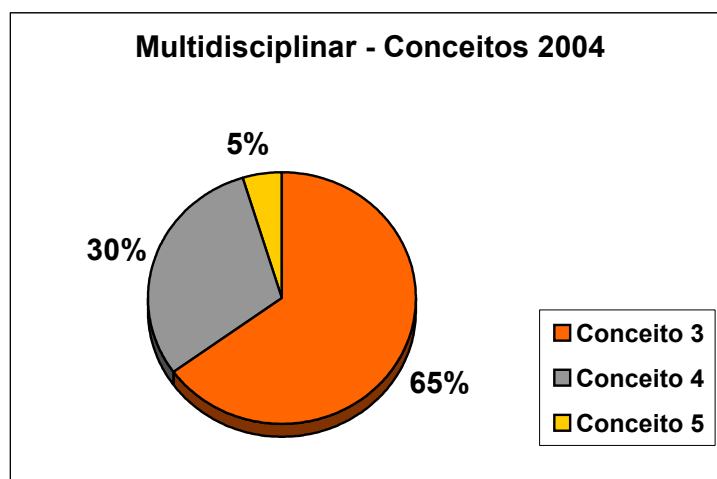
Obs. (1) – Por **Produção Tecnológica Comprovada** entende-se: (i) Patente Concedida; (ii) Produto; (iii) Software Registrado; e (iv) Processo. A contabilização de cada item de Produção Tecnológica Comprovada deve seguir o critério apresentado na tabela a seguir.

Produção Tecnológica Comprovada	Pontuação
Patente Concedida	0 a 2 pontos
Produto	0 a 2 pontos
Software Registrado	0 a 1 ponto
Processo	0 a 1 ponto

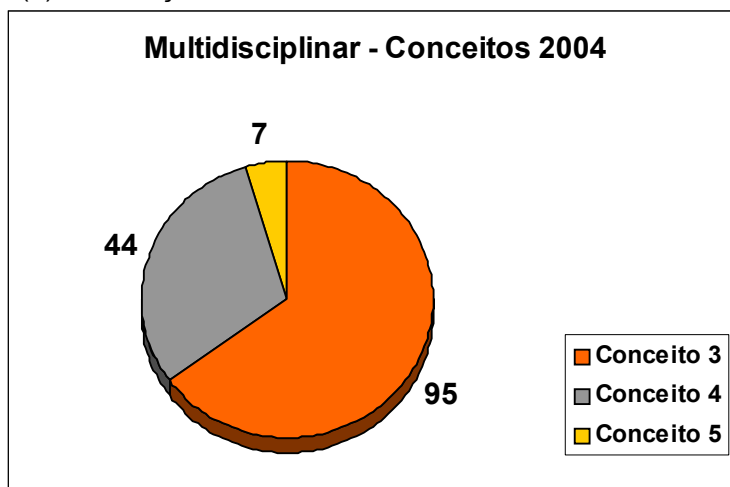
6. Resultados e Análise

6.1 - Global

Na Fig. 6.1.1 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais do Comitê de Área Multidisciplinar (CAM) atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2004, relativa ao período 2001-2003. Nos resultados apresentados na figura também foram incluídos os programas credenciados no triênio 2004-2006.



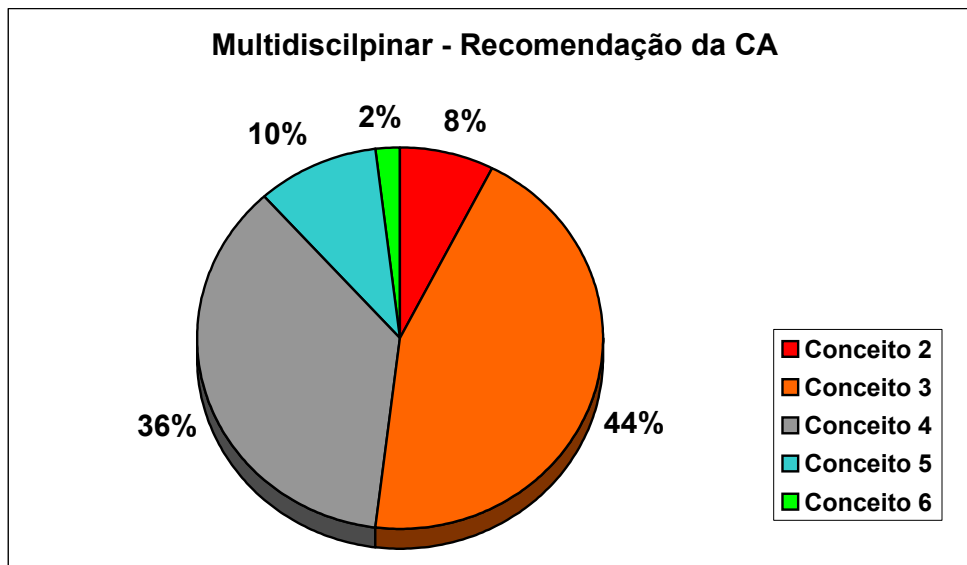
(a) Distribuição Percentual.



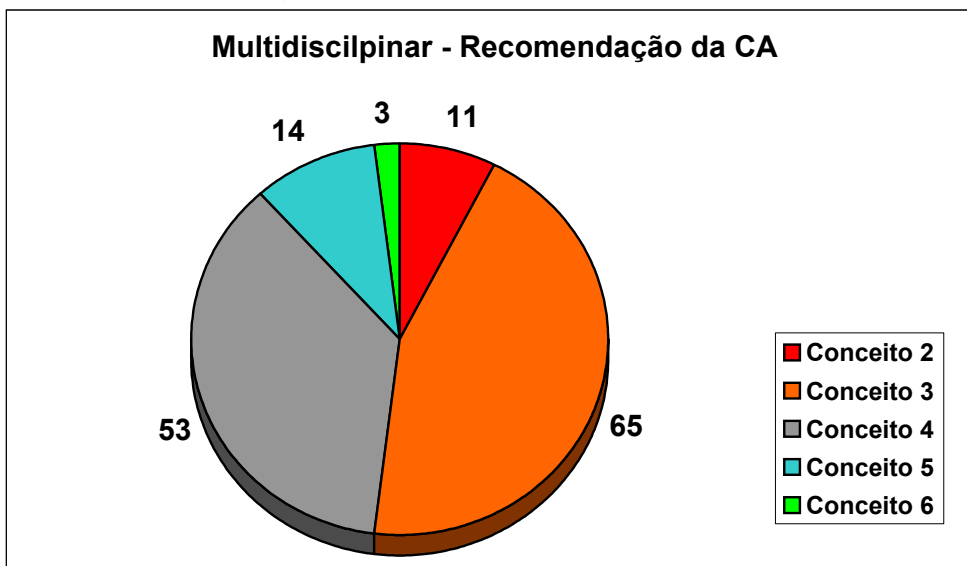
(b) Distribuição Numérica.

Figura 6.1.1 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais do Comitê de Área Multidisciplinar, Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2001-2003, e dos Programas Credenciados no Triênio 2004-2006.

Na Fig. 6.1.2 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da Comissão de Área Multidisciplinar, recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



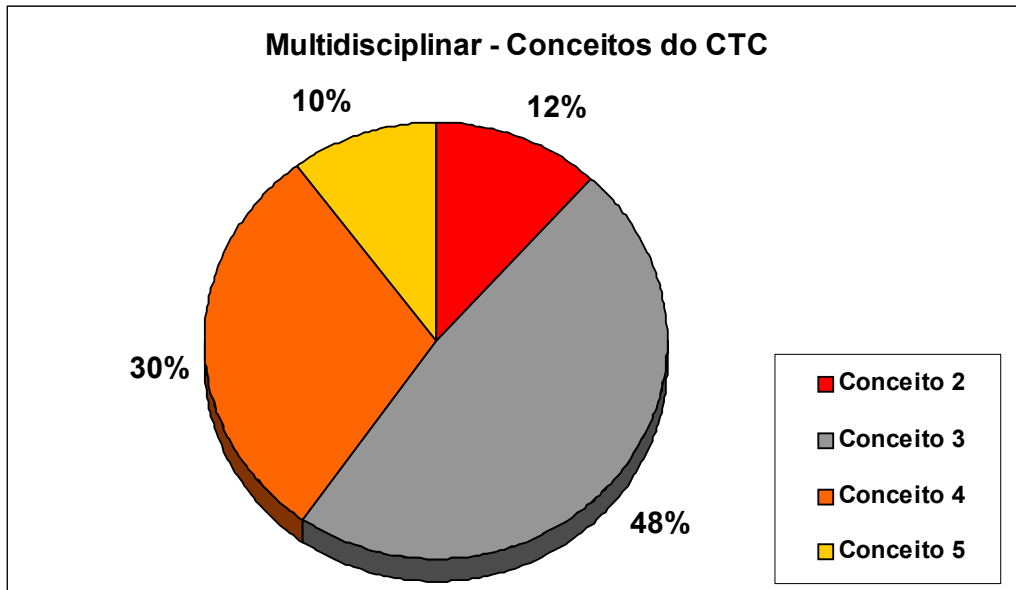
(a) Distribuição Percentual.



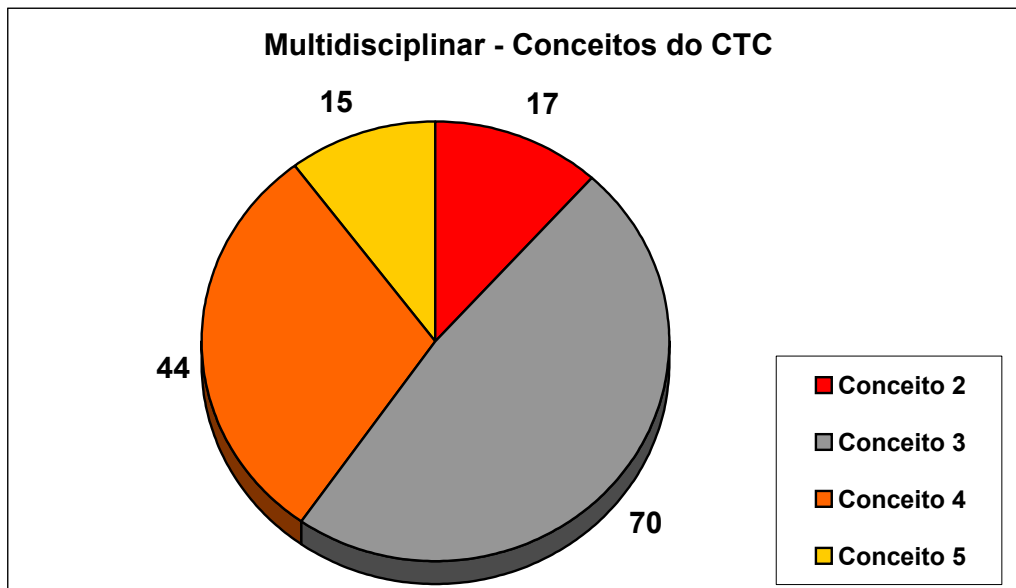
(b) Distribuição Numérica.

Figura 6.1.2 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais do Comitê de Área Multidisciplinar, Recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal 2004-2006.

Na Fig. 6.1.3 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais do Comitê de Área Multidisciplinar atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



(a) Distribuição Percentual.



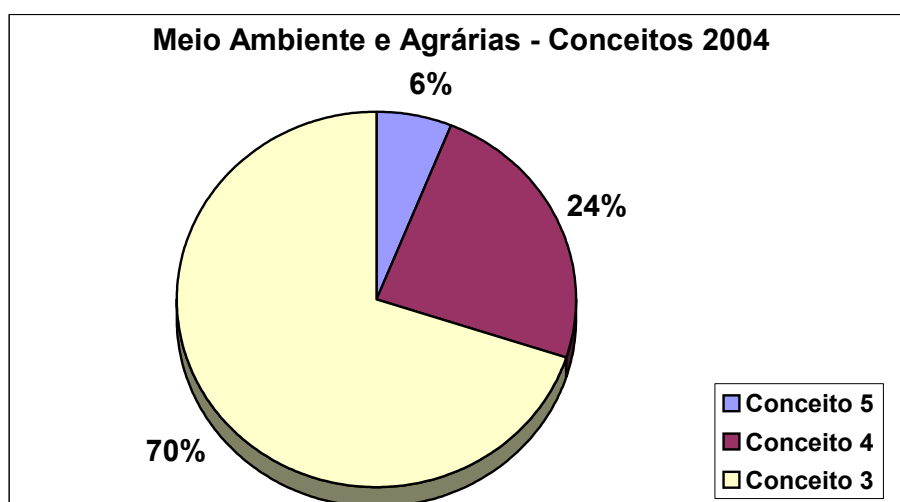
(b) Distribuição Numérica.

Figura 6.1.3 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais do Comitê de Área Multidisciplinar, Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.

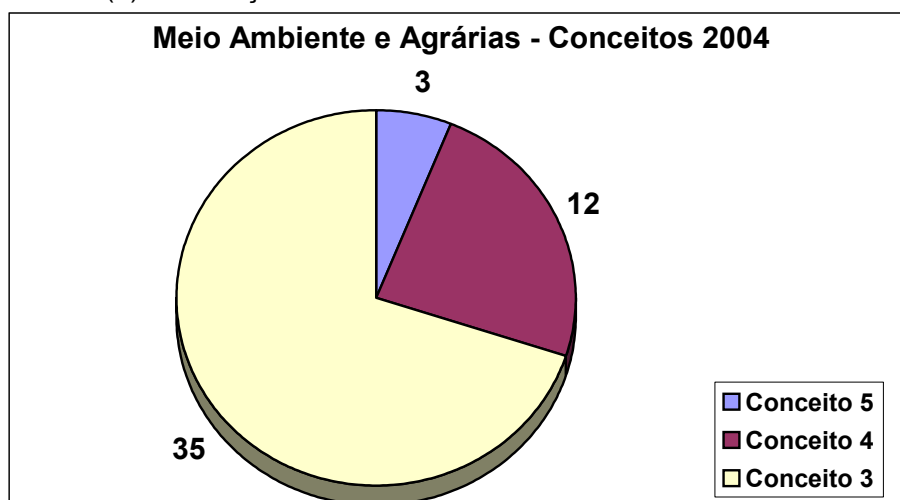
6.2 - Resultados por Câmara Temática (CT)

6.2.1 - CT I: Meio Ambiente & Agrárias

Na Fig. 6.2.1.1 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT I atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2004, relativa ao período 2001-2003. Nos resultados apresentados na figura também foram incluídos 22 programas (44,0 %) credenciados no triênio 2004-2006.



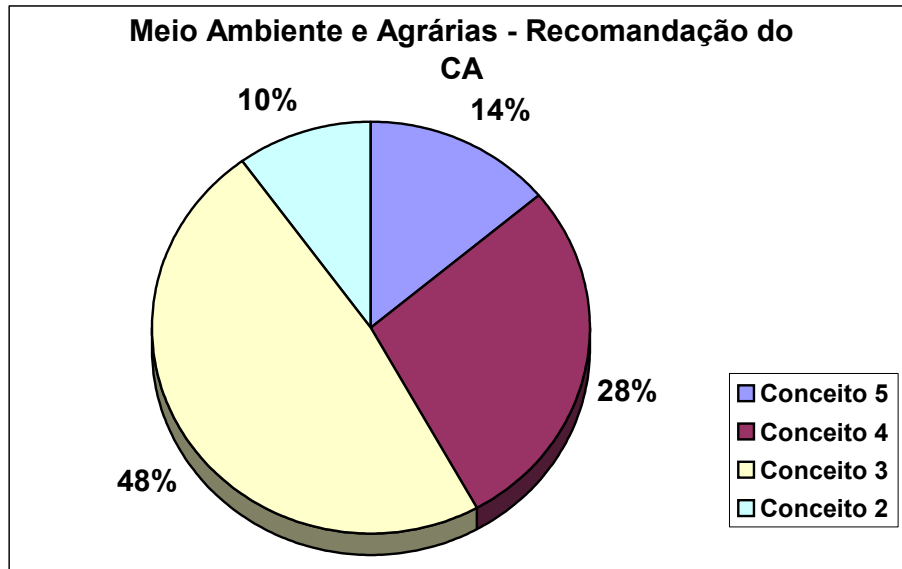
(a) Distribuição Percentual



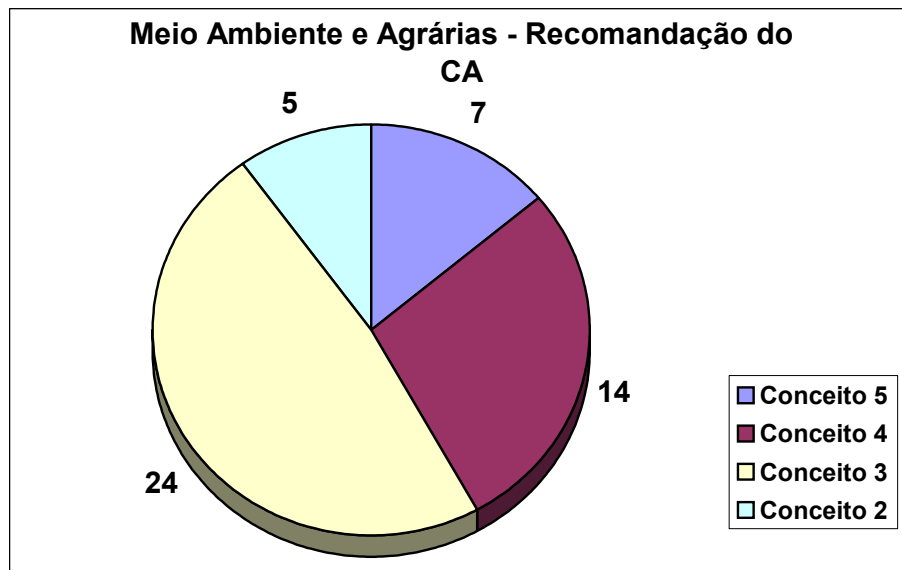
(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.1.1 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT I, Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2001-2003, e Credenciados no Triênio 2004-2006.

Na Fig. 6.2.1.2 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT I, recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



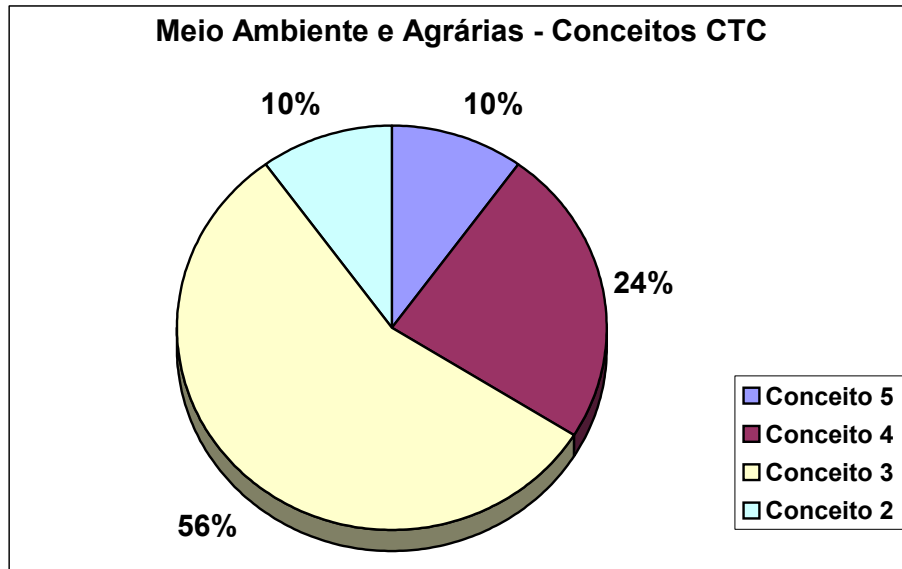
(a) Distribuição Percentual



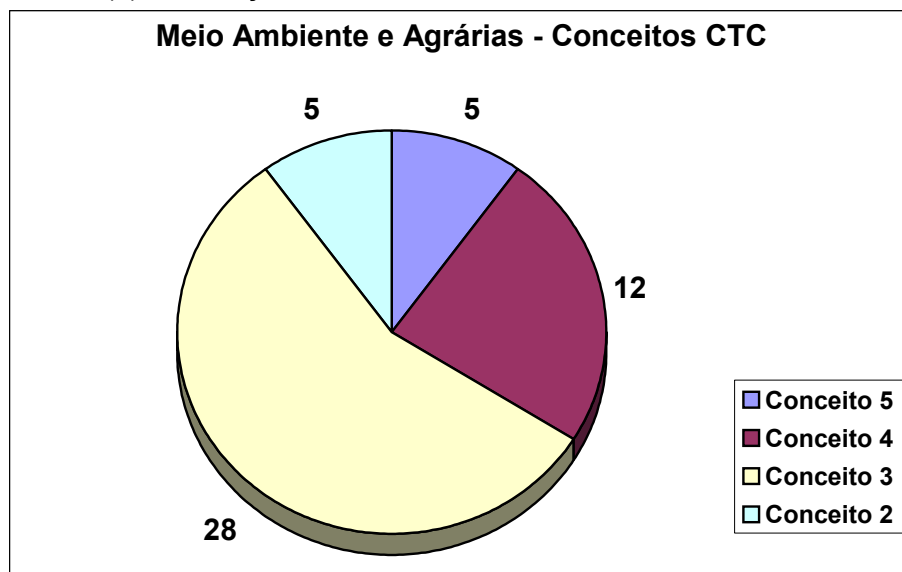
(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.1.2 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT I, Recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal 2001-2003.

Na Fig. 6.2.1.3 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT I atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



(a) Distribuição Percentual



(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.1.3 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT I. Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.

Na Tabela 6.2.1.1 são listados todos Mestrados Acadêmicos e Doutorados avaliados na trienal 2007, sendo apresentados os conceitos recomendados pelos consultores da CT I, os conceitos atribuídos pelo CTC nesta avaliação, bem como os conceitos anteriores. Na Tabela 6.2.1.2 é apresentado o mesmo conjunto de informações relativas aos Mestrados Profissionais.

Com base nos conceitos atribuídos pelo CTC observa-se que:

- oito cursos (16,0 %) tiveram os seus conceitos elevados, sendo cinco do conceito 3 para o conceito 4, dois do conceito 3 para 5 e um do conceito 4 para 5;
- 33 cursos (66,0 %) tiveram os seus conceitos inalterados; e
- nove cursos (18,0 %) tiveram os seus conceitos reduzidos, dos quais cinco receberam o conceito 2.

Mantidos os conceitos atribuídos pelo CTC,, verifica-se que, em relação às duas avaliações trienais de 2004 e 2007, o número de cursos com conceito 5 aumentou de 3 para 5. Com conceito 4, houve uma redução de 12 para 11, o mesmo ocorrendo com o número de cursos que tinham o conceito 3, que diminuiu de 35 em 2004, para 20 em 2007.

Na Figura 6.2.1.4 é apresentada a distribuição, por nível de titulação, dos Cursos da CT I, tomando-se por base os conceitos atribuídos pelo CTC, na avaliação trienal de 2007.

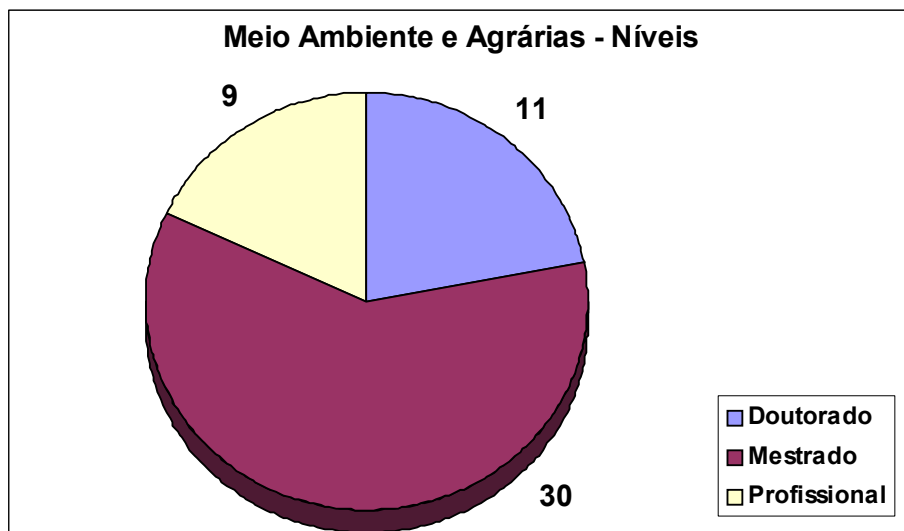
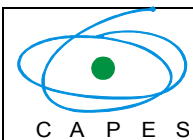


Figura 6.2.1.4 - Distribuição Numérica dos Níveis de Titulação dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT I. Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

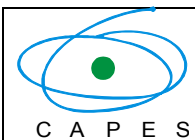
Tabela 6.2.1.1 - Resultados da Avaliação Trienal dos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado da Câmara Temática I, Meio Ambiente e Agrárias

Nome do Programa	Instituição	Nível	Conceito Anterior	Recomendação do CA	Conceito CTC	UF	Região	Trienal 2004-2006
AGRONEGÓCIOS	UFRGS	ME/DO	4	4	4	RS	CENTRO-OESTE	
AGRONEGÓCIOS	UFG	ME	3	3	3	GO	CENTRO-OESTE	1ª Trienal
AGRONEGÓCIOS	UFMS	ME	3	2	2	MS	CENTRO-OESTE	
AGRONEGÓCIOS	UNB	ME	3	4	3	DF	CENTRO-OESTE	1ª Trienal
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	UNIVATES	ME	3	4	4	RS	SUL	1ª Trienal
AMBIENTE E SOCIEDADE	UNICAMP	DO	4	4	4	SP	SUDESTE	1ª Trienal
CIÊNCIA AMBIENTAL	USP	ME/DO	4	5	5	SP	SUDESTE	
CIÊNCIA AMBIENTAL	UFF	ME	3	2	2	RJ	SUDESTE	
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	UFG	DO	4	5	5	GO	CENTRO-OESTE	
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	UNESC	ME	4	3	3	SC	SUL	1ª Trienal
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	UFPA	ME	3	4	3	PA	NORTE	1ª Trienal
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	UNEMAT	ME	3	3	3	MS	CENTRO-OESTE	
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	UNOCHAPECÓ	ME	3	3	3	SC	SUL	1ª Trienal
CIÊNCIAS DO AMBIENTE	UFT	ME	3	3	3	TO	NORTE	
CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	UFAM	ME	3	3	3	AM	NORTE	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	UESC	ME	4	3	3	BA	NORDESTE	
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	FUFPI	ME	3	3	3	PI	NORDESTE	
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	FUFSE	ME	3	4	3	SE	NORDESTE	
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFAL	ME	3	2	2	AL	NORDESTE	
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFC	ME	3	4	4	CE	NORDESTE	
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFPB/J.P.	ME	3	3	3	PB	NORDESTE	
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFRN	ME	3	3	3	RN	NORDESTE	1ª Trienal
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UFAC	ME	3	3	3	AC	NORTE	



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UFAM	ME	3	3	3	AM	NORTE	1ª Trienal
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	UNIARA	ME	3	3	3	SP	SUDESTE	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	UNIR	ME	3	2	2	RO	NORTE	1ª Trienal
DESENVOLVIMENTO RURAL	UFRGS	ME/DO	4	5	4	RS	SUL	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	UNB	ME/DO	5	5	5	DF	CENTRO-OESTE	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO	UFPA	ME/DO	5	5	5	PA	NORTE	
ECOLOGIA DE AGROECOSSISTEMAS (Ecologia Aplicada)	USP/ESALQ	ME/DO	4	5	4	SP	SUDESTE	
ECOLOGIA E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	UCGO	ME	3	4	3	GO	CENTRO-OESTE	1ª Trienal
FÍSICA E MEIO AMBIENTE	UFMT	ME	3	4	4	MT	CENTRO-OESTE	
GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS	UFPE	ME	3	3	3	PE	NORDESTE	1ª Trienal
MEIO AMBIENTE	UERJ	DO	4	4	4	RJ	SUDESTE	1ª Trienal
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	UFPR	DO	4	4	4	PR	SUL	
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UNIDERP	ME	3	4	3	MS	CENTRO-OESTE	
MODELAGEM EM CIÊNCIAS DA TERRA E DO AMBIENTE	UEFS	ME	3	3	3	BA	NORDESTE	1ª Trienal
PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	UCB	ME	4	4	4	DF	CENTRO-OESTE	
RECURSOS NATURAIS	UFMG	ME/DO	4	5	5	PB	NORDESTE	
RECURSOS NATURAIS	UFRR	ME	3	3	3	RR	NORTE	1ª Trienal
SUSTENTABILIDADE DE ECOSISTEMAS	UFMA	ME	3	3	3	MA	NORDESTE	



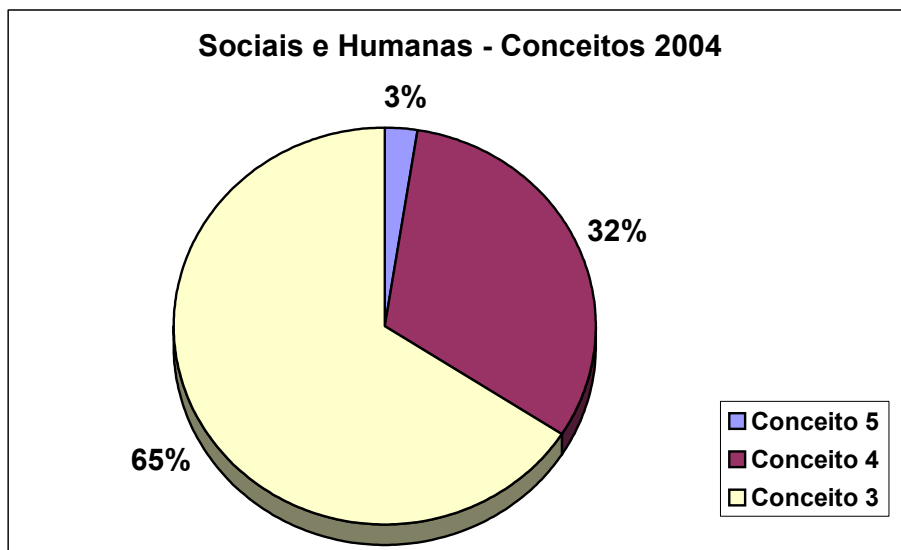
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

Tabela 6.2.1.2 - Resultados da Avaliação Trienal dos Cursos de Mestrado Profissional da Câmara Temática I, Meio Ambiente e Agrárias

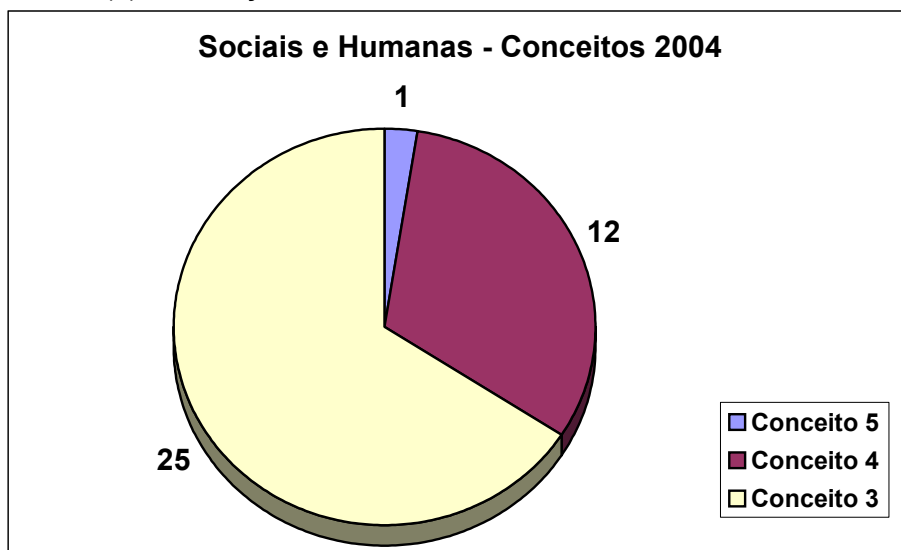
Nome do Programa	Instituição	Nível	Conceito Anterior	Recomendação do CA	Conceito CTC	UF	Região	Trienal 2004-2006
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	UFC	MP	3	3	3	CE	NORDESTE	1ª Trienal
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	UNITAU	MP	3	3	3	SP	SUDESTE	1ª Trienal
CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	UFAM	MP	3	2	2	AM	NORTE	1ª Trienal
DESENVOLVIMENTO LOCAL	UNISUAM	MP	3	2	3	RJ	SUDESTE	1ª Trienal
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	UNB	MP	5	3	3	DF	CENTRO-OESTE	1ª Trienal
ENGENHARIA: ENERGIA, AMBIENTE E MATERIAIS	ULBRA	MP	3	3	3	RS	SUL	
GESTÃO AMBIENTAL	UNICENP	MP	3	3	3	PR	SUL	1ª Trienal
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	UNEC	MP	3	3	3	MG	SUDESTE	1ª Trienal
PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL	UNIDERP	MP	3	3	3	MS	CENTRO-OESTE	

6.2.2 - CT II: Sociais & Humanidades

Na Fig. 6.2.2.1 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT II atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2004, relativa ao período 2001-2003. Nos resultados apresentados na figura também foram incluídos 18 programas (47,4 %) credenciados no triênio 2004-2006.



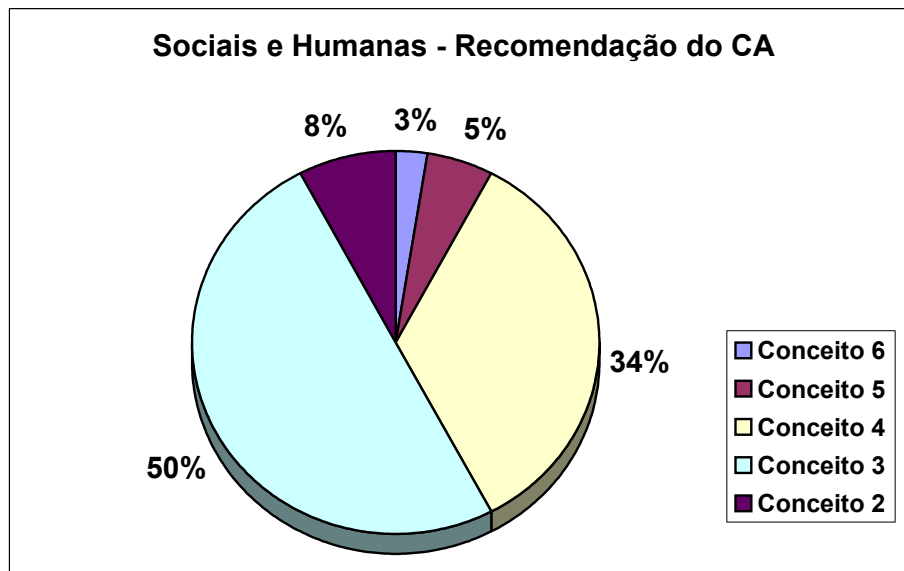
(a) Distribuição Percentual



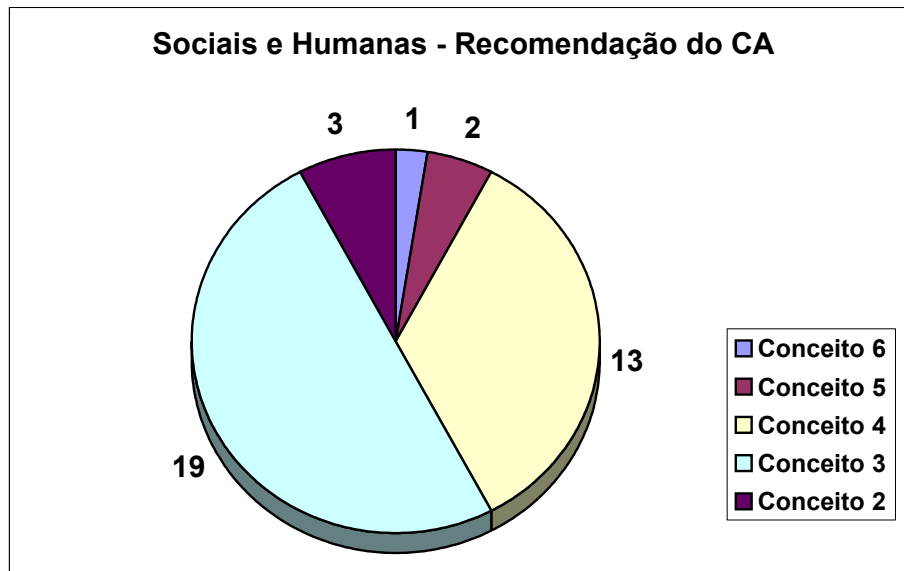
(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.2.1 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT II, Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2001-2003, e Credenciados no Triênio 2004-2006.

Na Fig. 6.2.2.2 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT II, recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



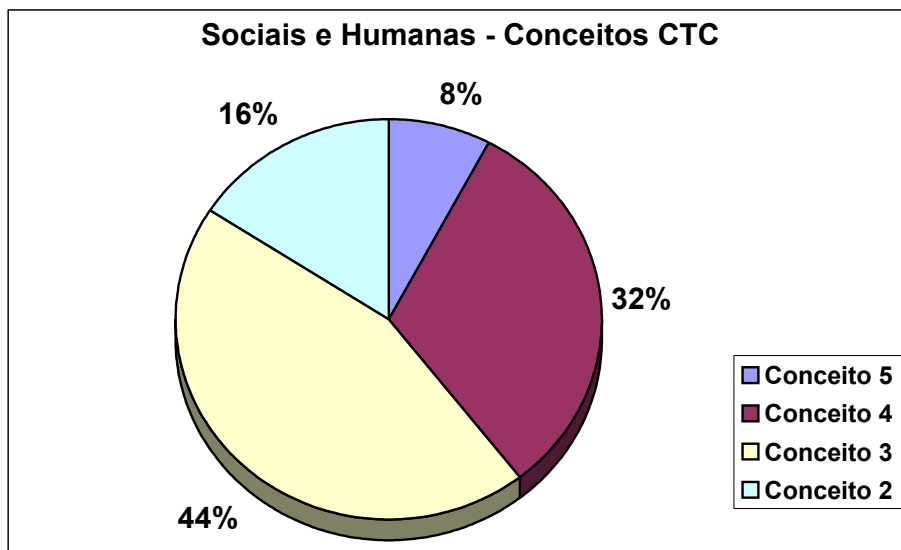
(a) Distribuição Percentual



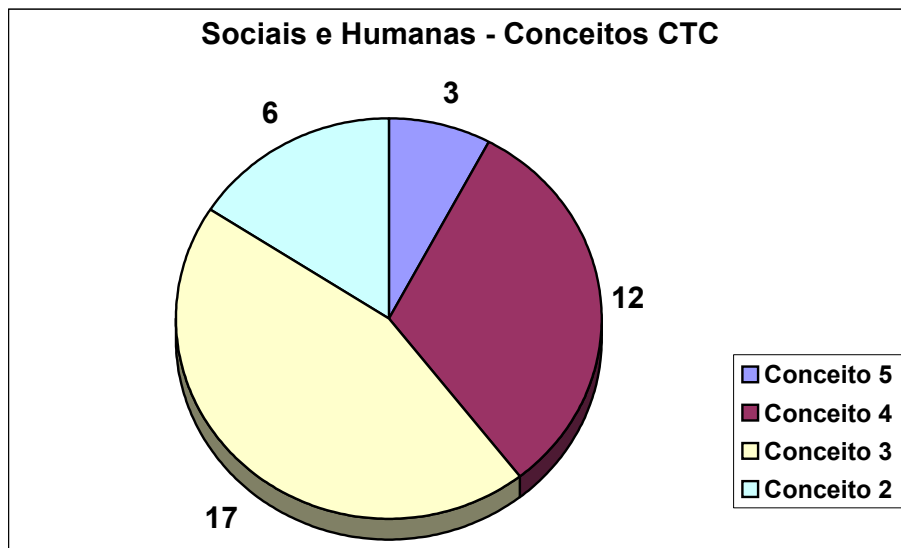
(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.2.2 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT II, Recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal 2001-2003.

Na Fig. 6.2.2.3 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT II atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



(a) Distribuição Percentual



(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.2.3 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT II. Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.

Na Tabela 6.2.2.1 são listados todos Mestrados Acadêmicos e Doutorados avaliados na trienal 2007, sendo apresentados os conceitos recomendados pelos consultores da CT II, os conceitos atribuídos pelo CTC nesta avaliação, bem como os conceitos anteriores. Na Tabela 6.2.2.2 é apresentado o mesmo conjunto de informações relativas aos Mestrados Profissionais.

Com base nos conceitos atribuídos pelo CTC observa-se que:

- cinco cursos (13,2 %) tiveram os seus conceitos elevados, sendo três do conceito 3 para o conceito 4, e dois do conceito 4 para 5;
- 26 cursos (68,4 %) tiveram os seus conceitos inalterados; e
- sete (18,4 %) tiveram os seus conceitos reduzidos, dos quais seis receberam o conceito 2

Mantidos os conceitos atribuídos pelo CTC, verifica-se que em relação às duas avaliações trienais de 2004 e 2007, o número de cursos com conceito 5 aumentou de 1 para 3. Não houve alteração no número de cursos com conceito 4, que se manteve em 12. Já o número de cursos que tinham o conceito 3, diminuiu de 25 em 2004, para 17 em 2007.

Na Figura 6.2.2.4 é apresentada a distribuição, por nível de titulação, dos Cursos da CT II, tomando-se por base os conceitos atribuídos pelo CTC, na avaliação trienal de 2007.

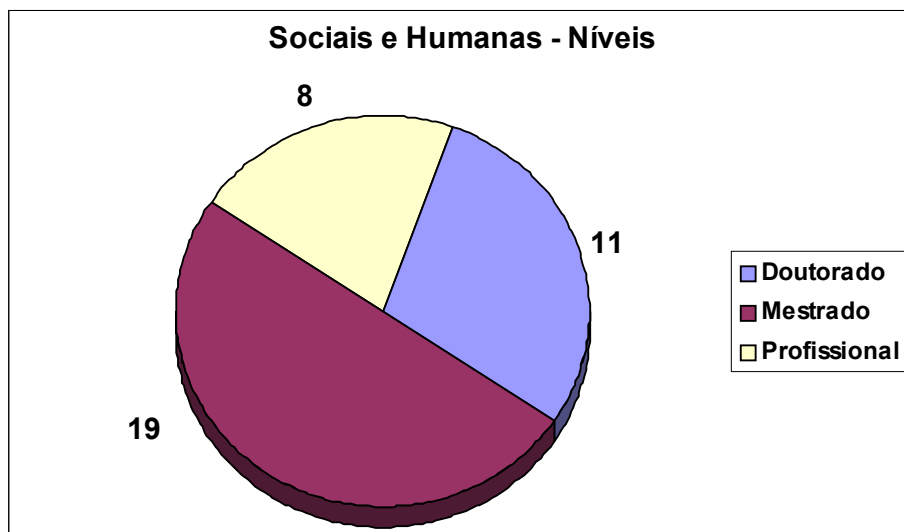


Figura 6.2.2.4 - Distribuição Numérica dos Níveis de Titulação dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT II. Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

Tabela 6.2.2.1 - Resultados da Avaliação Trienal dos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado da Câmara Temática II, Sociais e Humanas

Nome do Programa	Instituição	Nível	Conceito Anterior	Recomendação do CA	Conceito CTC	UF	Região	Trienal 2004-2006
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	UEPG	ME	3	3	2	PR	SUL	
COGNIÇÃO E LINGUAGEM	UENF	ME	3	3	2	RJ	SUDESTE	
CULTURA & TURISMO - PARCERIA UESC/UFBA	UESC	ME	3	3	2	BA	NORDESTE	
CULTURA E SOCIEDADE	UFBA	ME/DO	4	4	4	BA	NORDESTE	1ª Trienal
CULTURA, MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UNEB	ME	3	3	3	BA	NORDESTE	1ª Trienal
DESENHO, CULTURA E INTERATIVIDADE	UEFS	ME	3	3	3	BA	NORDESTE	
DESENVOLVIMENTO	UNIJUÍ	ME	3	3	3	RS	SUL	
DESENVOLVIMENTO LOCAL	UCDB	ME	3	3	3	MS	CENTRO-OESTE	
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	UNIMONTES	ME	3	3	3	MG	SUDESTE	1ª Trienal
DIREITO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	UNIFAP	ME	3	3	3	AP	NORTE	1ª Trienal
EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO	UNIMARCO	ME	3	3	3	SP	SUDESTE	
EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA CULTURA	UPM	ME	3	4	4	SP	SUDESTE	
ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE	USP	ME	3	3	3	SP	SUDESTE	
ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS	UNB	ME/DO	4	4	3	DF	CENTRO-OESTE	
ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS	UFBA	ME/DO	4	4	4	BA	NORDESTE	1ª Trienal
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISM	UFBA	ME/DO	4	4	4	BA	NORDESTE	1ª Trienal
FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	UCSAL	ME	3	4	4	BA	NORDESTE	1ª Trienal
HISTÓRIA DA CIÊNCIA	PUC/SP	ME/DO	4	4	4	SP	SUDESTE	
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA	UFRJ	ME/DO	4	4	4	RJ	SUDESTE	1ª Trienal
INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO	UFRGS	DO	4	5	5	RS	SUL	
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS	UFSC	DO	4	5	5	SC	SUL	
MEMÓRIA SOCIAL	UNIRIO	ME/DO	4	4	4	RJ	SUDESTE	
MODA, CULTURA E ARTE	SENAC	ME	3	3	3	SP	SUDESTE	1ª Trienal



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

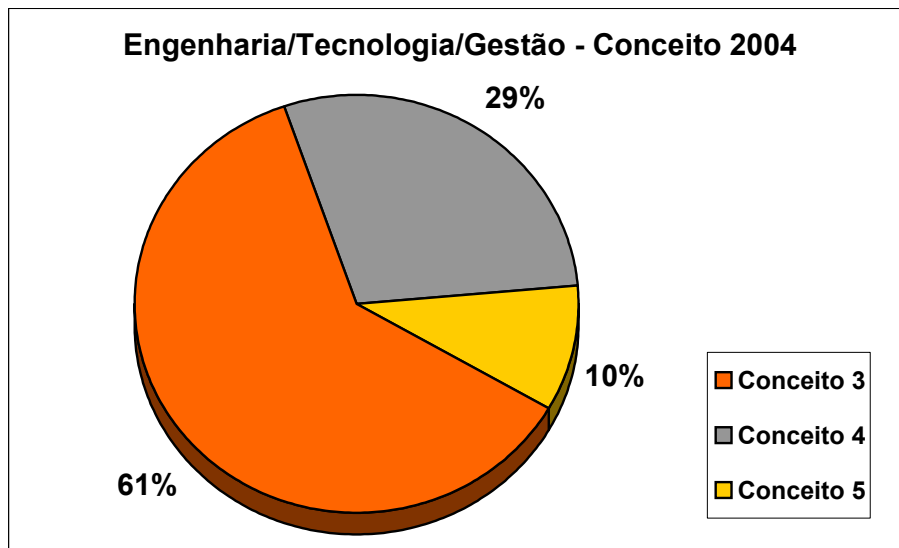
ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO	UNIFAE	ME	3	3	3	PR	SUL	1ª Trienal
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	UNICAMP	ME/DO	5	6	5	SP	SUDESTE	
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA	UERJ	ME/DO	4	4	4	RJ	SUDESTE	1ª Trienal
POLÍTICAS SOCIAIS	UENF	ME	3	3	3	RJ	SUDESTE	
SEMIÓTICA, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO	UBC	ME	3	2	2	SP	SUDESTE	1ª Trienal
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA	UFAM	ME	3	4	4	AM	NORTE	
SOCIOLOGIA E DIREITO	UFF	ME	4	4	4	RJ	SUDESTE	

Tabela 6.2.2.2 - Resultados da Avaliação Trienal dos Cursos de Mestrado Profissional da Câmara Temática II, Sociais e Humanas

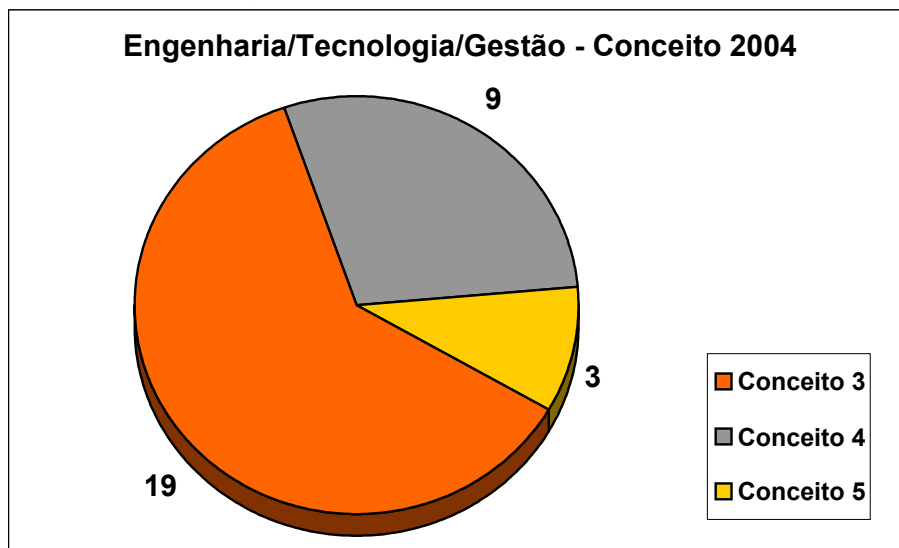
Nome do Programa	Instituição	Nível	Conceito Anterior	Recomendação do CA	Conceito CTC	UF	Região	Trienal 2004-2006
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL	UFBA	MP	4	4	4	BA	NORDESTE	1ª Trienal
DESENVOLVIMENTO HUMANO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	FVC	MP	3	2	3	BA	NORDESTE	1ª Trienal
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	UNIVALI	MP	3	3	3	SC	SUL	1ª Trienal
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UNITAU	MP	3	3	3	SP	SUDESTE	1ª Trienal
GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE	SENAC	MP	3	2	2	SP	SUDESTE	
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	UFPE	MP	3	3	2	PE	NORDESTE	
POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESEN. REGIONAL	UNEB	MP	3	3	3	BA	NORDESTE	1ª Trienal
PSICANÁLISE, SAÚDE E SOCIEDADE	UVA	MP	3	3	3	RJ	SUDESTE	1ª Trienal

6.2.3 - CT III: Engenharia, Tecnologia & Gestão

Na Fig. 6.2.3.1 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT III atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2004, relativa ao período 2001-2003. Nos resultados apresentados na figura também foram incluídos 14 programas (45,2 %) credenciados no triênio 2004-2006.



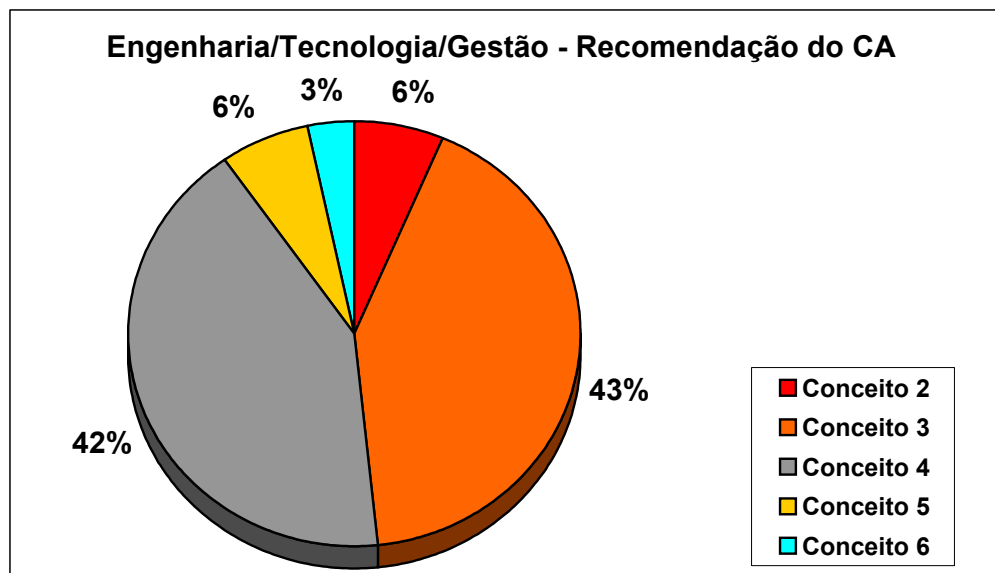
(a) Distribuição Percentual



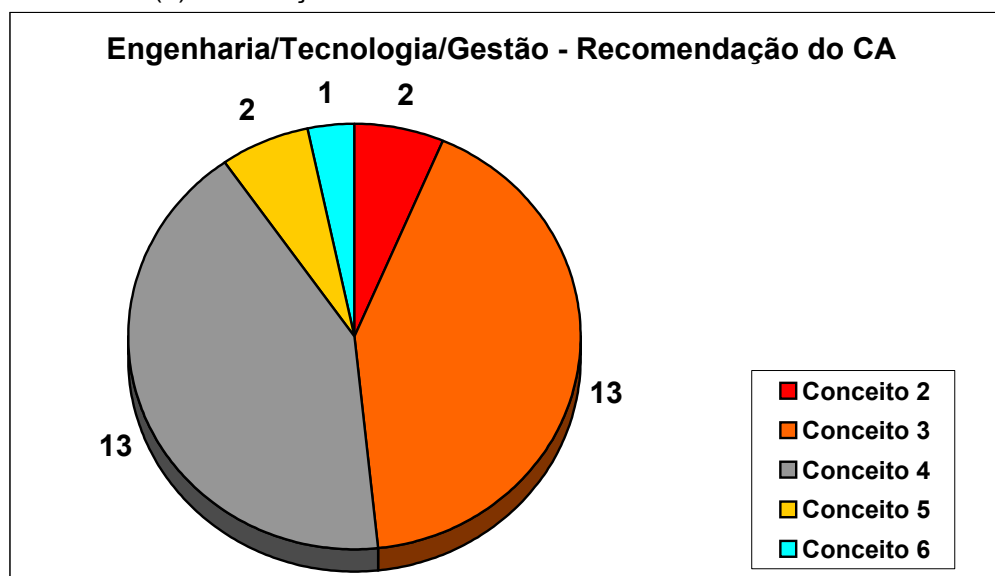
(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.3.1 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT III, Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2001-2003, e Credenciados no Triênio 2004-2006.

Na Fig. 6.2.3.2 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT III, recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



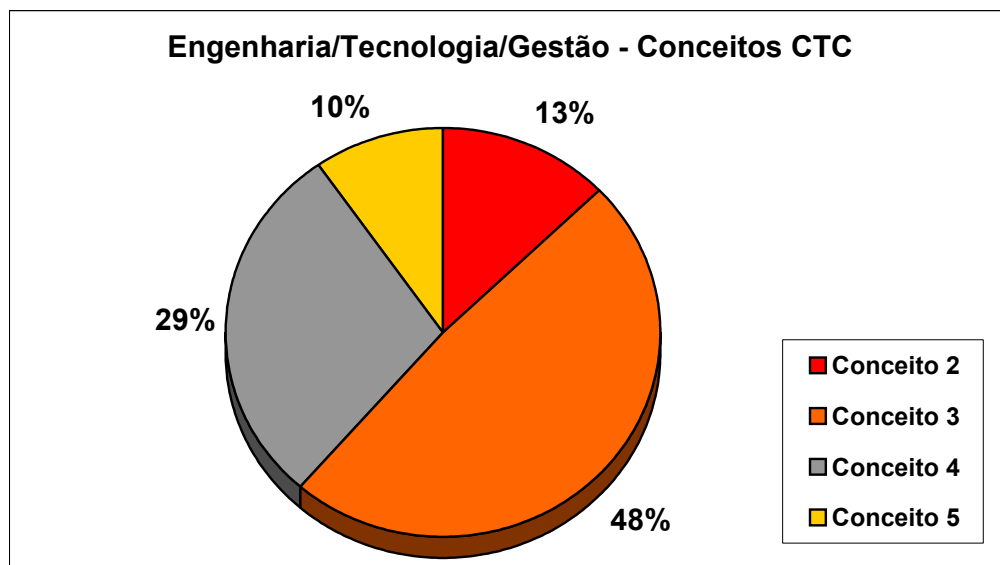
(a) Distribuição Percentual



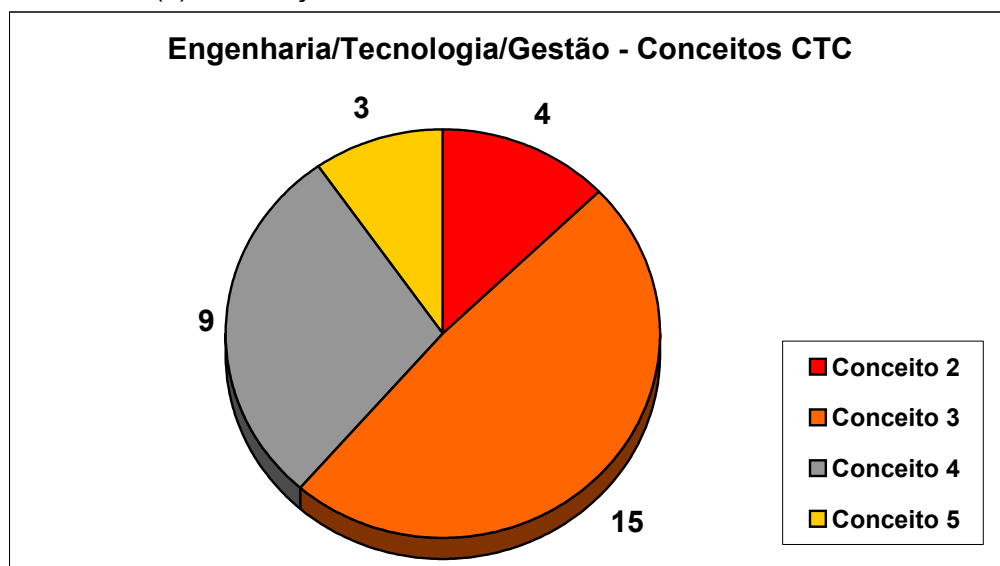
(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.3.2 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT III, Recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal 2001-2003.

Na Fig. 6.2.3.3 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT III atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



(a) Distribuição Percentual



(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.3.3 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT III. Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.

Na Tabela 6.2.3.1 são listados todos Mestrados Acadêmicos e Doutorados avaliados na trienal 2007, sendo apresentados os conceitos recomendados pelos consultores da CT III, os conceitos atribuídos pelo CTC nesta avaliação, bem como os conceitos anteriores. Na Tabela 6.2.3.2 é apresentado o mesmo conjunto de informações relativas aos Mestrados Profissionais.

Com base nos conceitos atribuídos pelo CTC observa-se que

- quatro cursos (12,9 %) tiveram os seus conceitos elevados, sendo três do conceito 3 para o conceito 4, e um do conceito 4 para 5;
- 21 cursos (67,7 %) tiveram os seus conceitos inalterados; e
- seis (19,4 %) tiveram os seus conceitos reduzidos, dos quais quatro receberam o conceito 2

Mantidos os conceitos atribuídos pelo CTC, verifica-se que em relação às duas avaliações trienais de 2004 e 2007, o número de cursos com conceito 5 permaneceu inalterado (3 cursos), o mesmo ocorrendo com o número de cursos com conceito 4 (9 cursos). Houve, no entanto, uma redução do número de cursos que tinham o conceito 3, que diminuiu de 19 para 15.

Na Figura 6.2.3.4 é apresentada a distribuição, por nível de titulação, dos Cursos da CT III, tomando-se por base os conceitos atribuídos pelo CTC, na avaliação trienal de 2007.

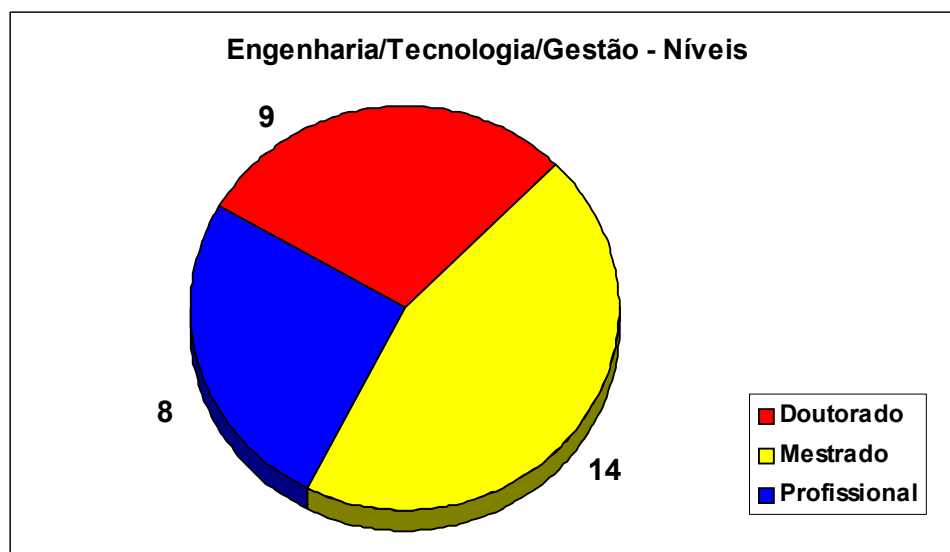
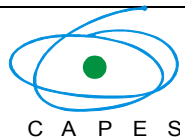


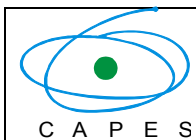
Figura 6.2.3.4 - Distribuição Numérica dos Níveis de Titulação dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT III. Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

Tabela 6.2.3.1 - Resultados da Avaliação Trienal dos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado da Câmara Temática III, Engenharia, Tecnologia e Gestão

Nome do Programa	Instituição	Nível	Conceito Anterior	Recomendação do CA	Conceito CTC	UF	Região	Trienal 2004-2006
MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL	CEFET/MG	ME	3	3	3	MG	SUDESTE	1ª Trienal
QUALIDADE AMBIENTAL	FEEVALE	ME	3	4	3	RS	SUL	1ª Trienal
CIÊNCIAS FÍSICAS APLICADAS	FUNECE	ME	3	3	3	CE	NORDESTE	1ª Trienal
MODELAGEM COMPUTACIONAL	FURG	ME	3	3	3	RS	SUL	1ª Trienal
INTERDISCIPLINAR EM MODELAGEM COMPUTACIONAL	FVC	ME	3	3	3	BA	NORDESTE	1ª Trienal
COMPUTAÇÃO APLICADA	INPE	ME/DO	4	4	4	SP	SUDESTE	
MODELAGEM COMPUTACIONAL	LNCC	ME/DO	5	6	5	RJ	SUDESTE	
TECNOLOGIAS DA INTELIGÊNCIA E DESIGN DIGITAL	PUC/SP	ME	3	3	3	SP	SUDESTE	1ª Trienal
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	UERJ	ME	4	3	3	RJ	SUDESTE	
MODELAGEM COMPUTACIONAL	UERJ	ME/DO	4	5	5	RJ	SUDESTE	
MODELAGEM COMPUTACIONAL DE CONHECIMENTO	UFAL	ME	3	4	4	AL	NORDESTE	1ª Trienal
ENERGIA E AMBIENTE	UFBA	DO	4	4	4	BA	NORDESTE	1ª Trienal
MODELAGEM COMPUTACIONAL	UFJF	ME	3	3	3	MG	SUDESTE	1ª Trienal
MATEMÁTICA COMPUTACIONAL	UFPE	DO	3	4	3	PE	NORDESTE	
PLANEJAMENTO ENERGÉTICO	UFRJ	ME/DO	5	5	5	RJ	SUDESTE	
ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO	UFSC	ME/DO	4	4	4	SC	SUL	1ª Trienal
GEOMÁTICA	UFSM	ME	3	3	3	RS	SUL	
PLANEJAMENTO DE SISTEMAS ENERGÉTICOS	UNICAMP	ME/DO	5	4	4	SP	SUDESTE	
SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	UNIEVANGEL	ME	3	3	3	GO	CENTRO-OESTE	1ª Trienal
MODELAGEM MATEMÁTICA	UNIJUÍ	ME	3	4	4	RS	SUL	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL	UNIVALI	ME	3	4	4	SC	SUL	
INTERUNIDADES EM ENERGIA	USP	ME/DO	4	4	2	SP	SUDESTE	
TECNOLOGIA	UTFPR	ME	4	4	4	PR	SUL	



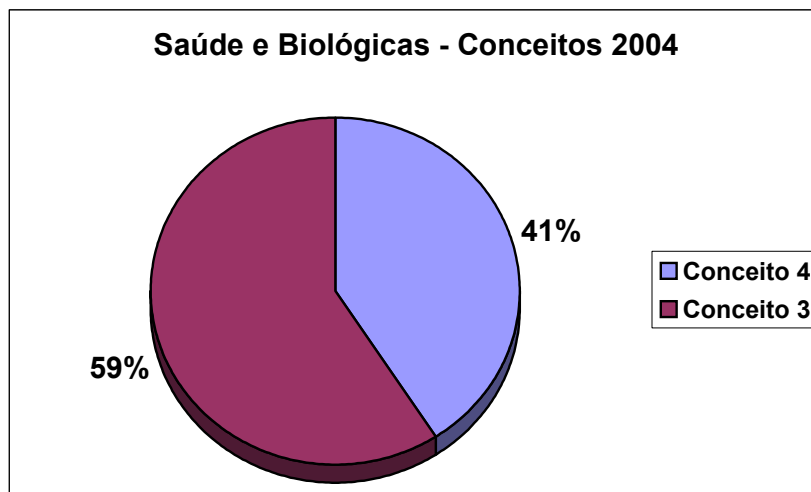
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

Tabela 6.2 .3.2- Resultados da Avaliação Trienal dos Cursos de Mestrado Profissional da Câmara Temática III, Engenharia, Tecnologia e Gestão

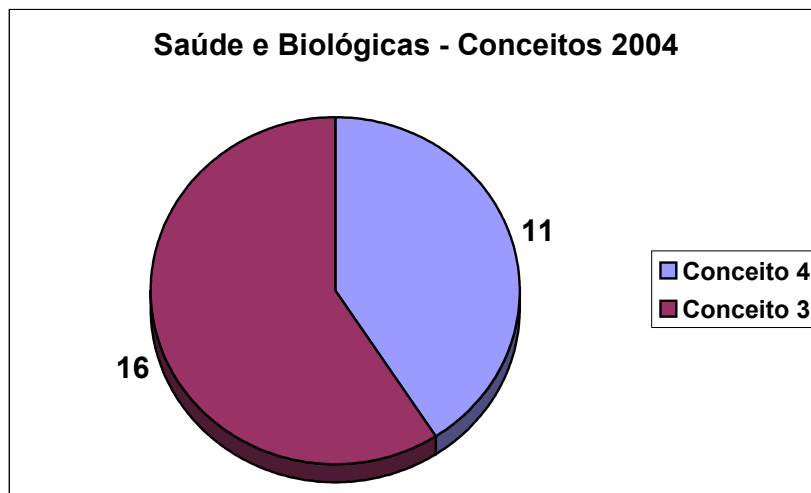
Nome do Programa	Instituição	Nível	Conceito Anterior	Recomendação do CA	Conceito CTC	UF	Região	Trienal 2004-2006
TECNOLOGIA: GESTÃO DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO	CEETEPS	MP	3	3	3	SP	SUDESTE	
TECNOLOGIA AMBIENTAL	IPT	MP	3	4	3	SP	SUDESTE	
TECNOLOGIA AMBIENTAL	ITEP	MP	3	2	2	PE	NORDESTE	1ª Trienal
DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	LACTEC	MP	4	4	4	PR	SUL	1ª Trienal
GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	UCB	MP	3	3	3	DF	CENTRO-OESTE	
GERENCIAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL NO PROCESSO PRODUTIVO	UFBA	MP	4	3	2	BA	NORDESTE	
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO EM EAD	UFC	MP	3	2	2	CE	NORDESTE	1ª Trienal
REGULAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA	UNIFACS	MP	3	3	3	BA	NORDESTE	

6.2.4 - CT IV: Saúde & Biológicas

Na Fig. 6.2.4.1 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT IV atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2004, relativa ao período 2001-2003. Nos resultados apresentados na figura também foram incluídos 13 programas (48,1 %) credenciados no triênio 2004-2006.



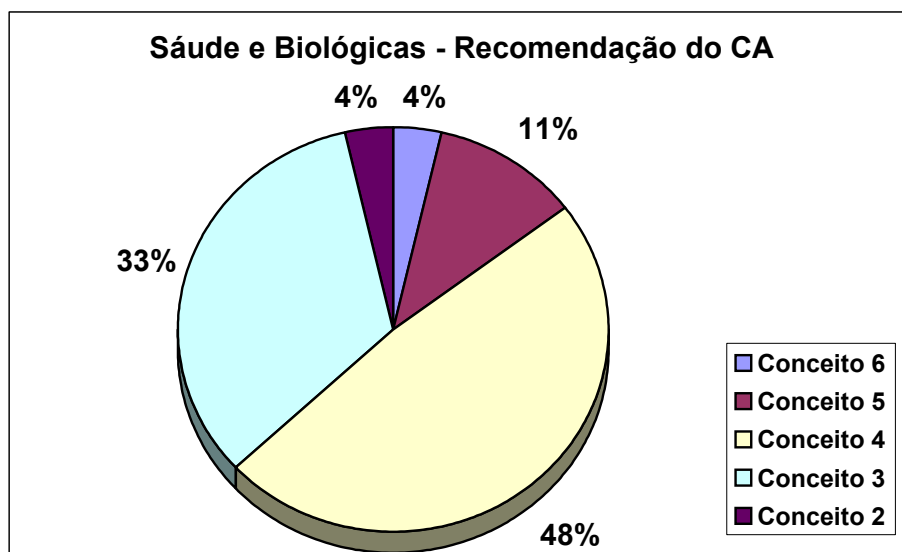
(a) Distribuição Percentual



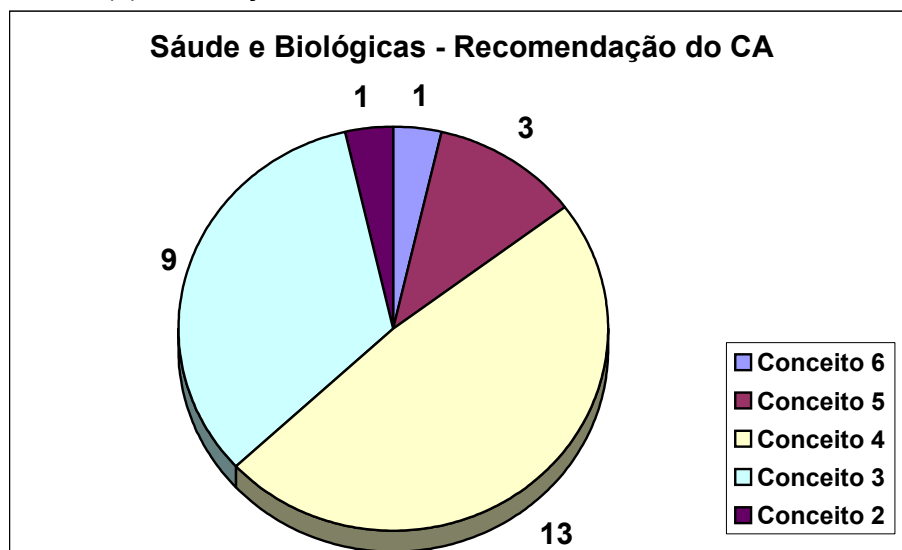
(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.4.1 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT IV, Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2001-2003, e Credenciados no Triênio 2004-2006.

Na Fig. 6.2.4.2 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT IV, recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



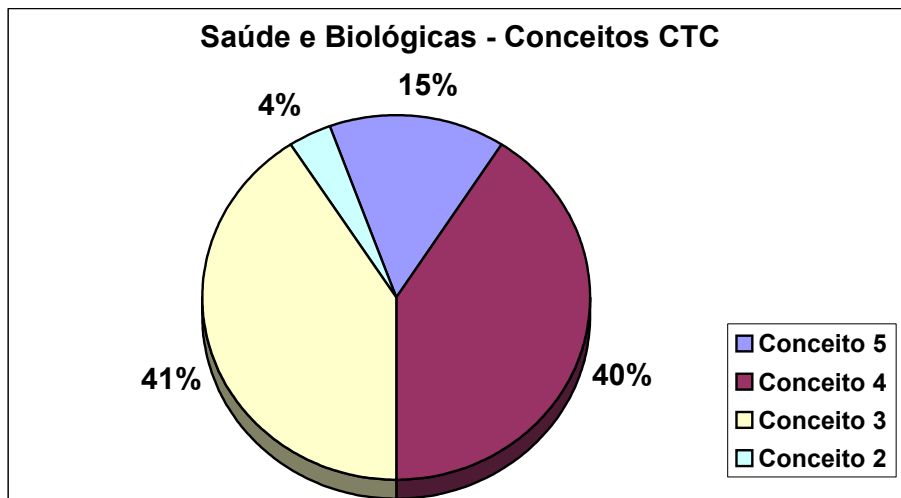
(a) Distribuição Percentual



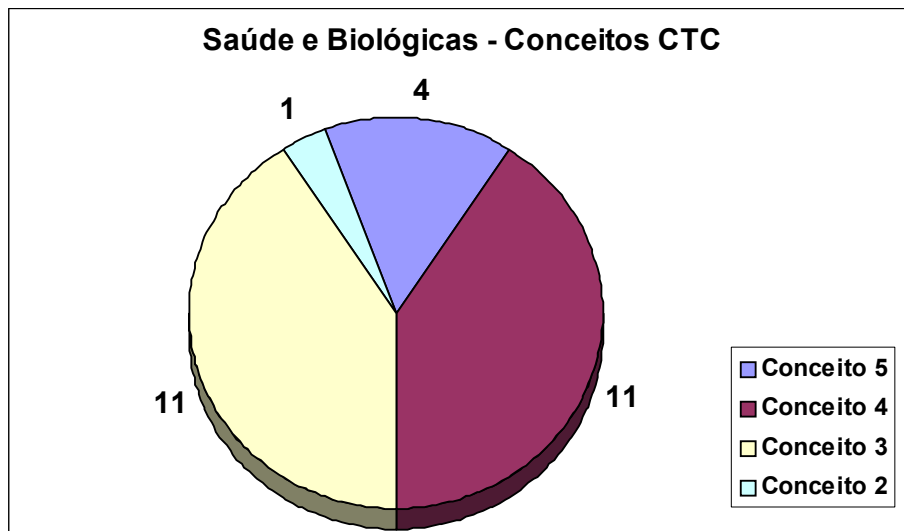
(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.4.2 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT IV, Recomendados pela Comissão de Avaliação na Avaliação Trienal 2001-2003.

Na Fig. 6.2.4.3 é apresentada a distribuição dos conceitos dos programas acadêmicos e profissionais da CT IV atribuídos pelo Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES na Avaliação Trienal realizada em 2007, relativa ao período 2004-2006.



(a) Distribuição Percentual



(b) Distribuição Numérica

Figura 6.2.4.3 - Distribuição Percentual e Numérica dos Conceitos dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT IV. Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.

Na Tabela 6.2.4.1 são listados todos Mestrados Acadêmicos e Doutorados avaliados na trienal 2007, sendo apresentados os conceitos recomendados pelos consultores da CT III, os conceitos atribuídos pelo CTC nesta avaliação, bem como os conceitos anteriores. Na Tabela 6.2.4.2 é apresentado o mesmo conjunto de informações relativas aos Mestrados Profissionais.

Com base nos conceitos atribuídos pelo CTC observa-se que:

- nove cursos (33,3 %) tiveram os seus conceitos elevados, sendo cinco do conceito 3 para o conceito 4, um do conceito 3 para 5 e três do conceito 4 para 5;
- 15 cursos (55,6 %) tiveram os seus conceitos inalterados; e
- três (11,1 %) tiveram os seus conceitos reduzidos, dos quais dois receberam o conceito 2.

Mantidos os conceitos atribuídos pelo CTC, verifica-se que em relação às duas avaliações trienais de 2004 e 2007, o número de cursos com conceito 5 aumentou de 0 para 4. Não houve alteração no número de cursos com conceito 4, que se manteve em 11. Já o número de cursos que tinham o conceito 3, diminuiu de 16 em 2004, para 10 em 2007.

Na Figura 6.2.4.4 é apresentada a distribuição, por nível de titulação, dos Cursos da CT IV, tomando-se por base os conceitos atribuídos pelo CTC, na avaliação trienal de 2007.

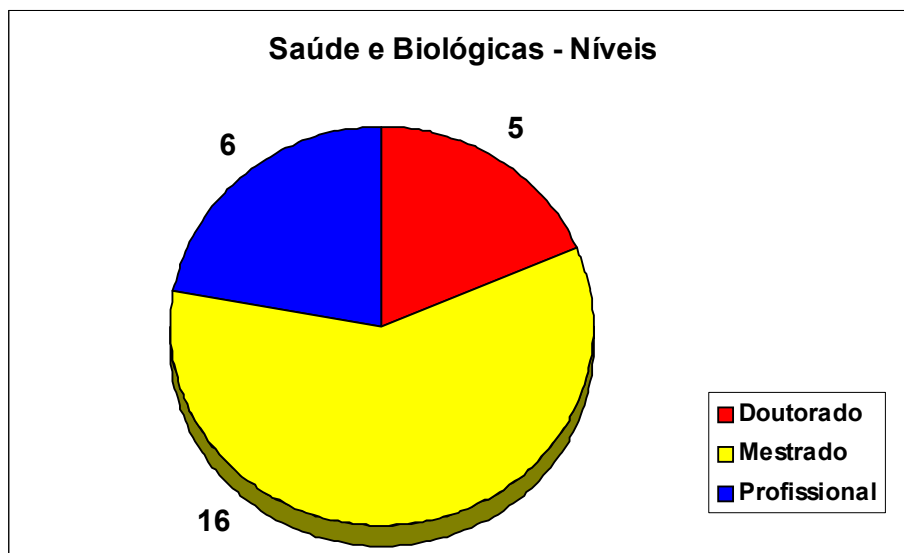
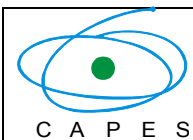


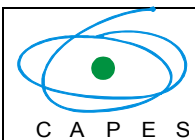
Figura 6.2.4.4 - Distribuição Numérica dos Níveis de Titulação dos Programas Acadêmicos e Profissionais da CT IV. Atribuídos pelo CTC da CAPES na Avaliação Trienal 2004-2006.



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

Tabela 6.2.4.1 - Resultados da Avaliação Trienal dos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado da Câmara Temática IV, Saúde e Biológicas

Nome do Programa	Instituição	Nível	Conceito Anterior	Recomendação do CA	Conceito CTC	UF	Região	Trienal 2004-2006
BIOÉTICA	CUSC	ME	3	3	3	SP	SUDESTE	1ª Trienal
BIOTECNOLOGIA	UFSCAR	ME/DO	4	2	2	SP	SUDESTE	1ª Trienal
BIOTECNOLOGIA	UEL	ME	4	5	5	PR	SUL	
BIOTECNOLOGIA INDUSTRIAL	FAENQUIL	ME/DO	4	6	5	SP	SUDESTE	
CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE	UCGO	ME	3	4	4	GO	CENTRO-OESTE	1ª Trienal
CIÊNCIAS E SAÚDE	FUFPI	ME	3	4	4	PI	NORDESTE	1ª Trienal
DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO	UPM	ME	3	4	4	SP	SUDESTE	
FÍSICA, QUÍMICA E NEUROCIÊNCIAS	UFSJ	ME	4	4	4	MG	SUDESTE	
GERONTOLOGIA	UNICAMP	ME	4	3	3	SP	SUDESTE	
GERONTOLOGIA	PUC/SP	ME	3	4	3	DF	CENTRO-OESTE	1ª Trienal
GERONTOLOGIA	UCB	ME	3	5	5	SP	SUDESTE	
GERONTOLOGIA BIOMÉDICA	PUC/RS	ME/DO	4	5	5	RS	SUL	
PROMOÇÃO DE SAÚDE	UNIFRAN	ME	3	4	4	SP	SUDESTE	
RADIOPROTEÇÃO E DOSIMETRIA	IRD	ME	4	4	4	RJ	SUDESTE	
SAÚDE E AMBIENTE	UFMA	ME	3	3	3	MA	NORDESTE	
SAÚDE E AMBIENTE	UNIT-SE	ME	3	3	3	SE	NORDESTE	1ª Trienal
SAÚDE E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO CENTRO-OESTE	UFMS	ME/DO	4	4	4	MS	CENTRO-OESTE	1ª Trienal
SAÚDE E MEIO AMBIENTE	UNIVILLE	ME	3	3	3	SC	SUL	
SAÚDE, SOCIEDADE E ENDEMIAS NA AMAZÔNIA	UFAM	ME	3	3	2	AM	NORTE	1ª Trienal
TECNOLOGIA EM SAÚDE	PUC/PR	ME	3	3	3	PR	SUL	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FIOCRUZ	ME/DO	4	4	4	RJ	SUDESTE	



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Coordenação de Acompanhamento e Avaliação
 Comitê de Área Multidisciplinar

Tabela 6.2 4.2- Resultados da Avaliação Trienal dos Cursos de Mestrado Profissional da Câmara Temática IV, Saúde e Biológicas

Nome do Programa	Instituição	Nível	Conceito Anterior	Recomendação do CA	Conceito CTC	UF	Região	Trienal 2004-2006
CIÊNCIAS APLICADAS AO APARELHO LOCOMOTOR	UNIFESP	MP	4	4	4	SP	SUDESTE	1ª Trienal
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (BIOTECNOLOGIA MÉDICA)	UNESP/BOT	MP	4	4	4	SP	SUDESTE	
REABILITAÇÃO E INCLUSÃO	IPA	MP	3	4	3	RS	SUL	1ª Trienal
SAÚDE	UNIVALI	MP	3	4	4	SC	SUL	1ª Trienal
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	FUNECE	MP	3	3	3	CE	NORDESTE	1ª Trienal
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FIOCRUZ	MP	3	3	3	RJ	SUDESTE	1ª Trienal

7.

Considerações Finais

É notória a contribuição que o sistema de avaliação da CAPES trouxe para a melhoria da qualidade da pós-graduação no país. Obviamente este é um procedimento extremamente trabalhoso, mas que vem nos últimos anos sendo aperfeiçoado com a utilização de ferramentas tais como o banco de dados Qualis com a classificação de periódicos, e as próprias fichas de avaliação da CAPES, que têm inclusive, estas últimas, contado com a contribuição dos coordenadores dos programas de pós-graduação. Deve ser ressaltada, portanto, a importância do preenchimento adequado dos relatórios de Coleta CAPES para que se possa realizar uma correta avaliação dos programas.

Nota da CAM: Uma comparação detalhada da evolução dos conceitos dos programas avaliados do triênio 2004-2007 em relação ao triênio 2001-2003 será efetuada após o julgamento de recursos da corrente avaliação.